



**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS  
ESCOLA DE DIREITO, NEGÓCIOS E COMUNICAÇÃO  
GRADUAÇÃO EM JORNALISMO**

SARA ROCHA MUNIZ

**PODCAST NEGRITUDES**

Até que ponto o racismo estrutural interfere na programação algorítmica na  
informação midiática?

**GOIÂNIA  
2023**

SARA ROCHA MUNIZ

**PODCAST NEGRITUDES**

Até que ponto o racismo estrutural interfere na programação algorítmica na  
informação midiática?

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Pontifícia Universidade  
Católica de Goiás como requisito final para a conclusão do curso de  
Comunicação Social – Habilitação em Jornalismo, orientado pela professora  
Dra. Bernadete Coelho.

**GOIÂNIA**

**2023**

**Muniz, Sara.** *Podcast Negritudes, Até que ponto o racismo estrutural interfere na programação algorítmica na informação midiática?* **Trabalho De Conclusão De Curso. Pontifícia Universidade Católica De Goiás – Escola De Comunicação: Faculdade De Jornalismo. Goiânia. 2023.**

**Trabalho de Conclusão de Curso aprovado em 15/06/2023 para obtenção do título de Bacharel em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo.**

**BANCA EXAMINADORA**

---

**Orientadora - Prof.<sup>a</sup> Dra. Bernadete Coelho de Sousa**

---

**Examinadora - Prof.<sup>a</sup> Ms. Sabrina Moreira De Moraes Oliveira**

---

**Examinadora - Prof.<sup>a</sup> Ms. Silvana Monteiro**

“O modo pelo qual a disposição de tecnologias e imaginários sociotécnicos em um mundo moldado pela supremacia branca realiza a ordenação algorítmica racializada de classificação social, recursos e violência em detrimento de grupos, que, além do mais, molda o futuro e os horizontes de relações de poder, adicionando mais opacidade sobre a exploração e a opressão global que já ocorriam desde o projeto colonial do século XVI.”

**Tarcízio Silva**

## DEDICATÓRIA

Por muito tempo pensei nessa parte do trabalho, mas nunca saía do lugar. São várias as coisas que tenho para falar, mas não me vem em um texto específico para se colocar aqui.

São tantas coisas para agradecer que mal sei por onde começar. Mas vamos ao que interessa, talvez uma lista me ajude e fique fluida.

1° Gostaria de agradecer a DEUS pela oportunidade de estar nesse plano e por ter me sustentado.

2° Aos meus ancestrais que lutaram incansavelmente para que eu pudesse ocupar esse lugar e disfrutar desse espaço acadêmico.

3° A minha pessoa por não ter desistido, ter trabalhado em até três trabalhos para que o desejo fosse concluído.

4° Em especial minha mãe, Luciane, por sempre me esperar no terminal à meia noite, no retorno da faculdade, com uma jantinha sempre gostosa. A minha irmã Ana Clara, que é a minha fã número 1. Sempre divulgando os meus trabalhos, apreciando, dando super apoio e me achando a melhor em tudo. Meu pai, João, que patrocinou as minhas xerox. Minha avó Maria pelas orações e toda a minha família e amigos (em especial Tiago Santana e Beatriz Couto). Que acreditam fielmente de que eu seja uma pessoa capaz e sempre reforçam isso, de modo que não venha a esquecer.

5° A Bernadeth Coelho, Silvana Monteiro e Sabrina Moreira que toparam esse desafio, além de me fazerem apaixonar pela comunicação. Agradeço também a Campus Party 2020 por me apresentar o mundo dos dados e das IA's.

6° As políticas públicas que permitiram a minha permanência na universidade.

7° Pesquisadores que toparam fazer parte desse projeto ou contribuíram com seus estudos e repertórios, em especial Katheleem Barbosa, R. Ramires, Nicole Piveta, Tarcízio Silva e Sil Bahia. O artista João Gabriel e a formatadora, Sarah Macedo.

8° E ao meu terapeuta que me auxiliou a digerir todos os processos dessa jornada.

## RESUMO

O Podcast Negritudes nasceu da necessidade de se falar sobre assuntos que perpassam o cotidiano dos negros e suas particularidades. Tem como objetivo debater as diferentes faces do racismo estrutural, presentes na tecnologia e na comunicação. O racismo e as novas tecnologias são assuntos poucos pautados nas mídias tradicionais, o que dificulta a problematização dos mesmos. Com base nas pesquisas exploratórias, entrevistas semiestruturadas, análise de conteúdo e revisões literárias foi possível perceber dois, dos muitos aspectos, sendo eles: 1 A comunicação reproduz o pensamento social. 2 Os robôs ainda não chegaram na sua potencialidade, ou seja, eles são geridos e manipulados por pessoas. Nesse trabalho, cientistas sociais, programadores(as), teólogo, jornalista de dados e ativistas negros relatam como essa violência são manifestadas em diferentes lugares e formas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Negros, Racismo, algoritmo, jornalismo, robôs.

## **ABSTRACT:**

The Negritudes Podcast was born from the need to talk about issues that permeate the daily life of black people and their particularities. It aims to discuss the different faces of structural racism, present in technology and communication. Racism and new technologies are issues that are rarely dealt with in traditional media, which makes it difficult to problematize them. Based on exploratory research, semi-structured interviews, content analysis and literary reviews, it was possible to perceive two, of many aspects, and they are: 1 Communication reproduces the social thought. 2 Robots have not yet reached their potential, that is, they are managed and manipulated by people. In this work, social scientists, programmers, theologians, data journalists and black activists report how this violence is manifested in different places and forms.

**KEYWORDS:** Blacks, Racism, algorithm, journalism, robots.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>6</b>
<b>1 HISTÓRIA DA SERVIDÃO E ESCRAVIDÃO.....</b>	<b>7</b>
1.1 Escravidão em diferentes contextos históricos.....	7
1.2 Racismo e necropolítica .....	17
<b>2 PRIMEIROS MODELOS DE COMUNICAÇÃO NO BRASIL:PRIMEIRO VEICULOS JORNALÍSTICOS .....</b>	<b>29</b>
2.1 Jornalismo abolicionista.....	29
2.2 Jornalismo ativista.....	32
<b>3 ALGORITMOS E JORNALISMO DE DADOS .....</b>	<b>36</b>
3.1 Discriminação algorítmica.....	37
<b>4 – TRAJETÓRIA DA RADIODIFUSÃO ATÉ O PODCAST .....</b>	<b>38</b>
<b>5–DESCRIÇÃO DO PRODUTO .....</b>	<b>40</b>
5.1 Delineamento do produto.....	40
5.2 Podcast disponível no Spotify.....	41
5.3 Produto.....	41
5.4 Participações especiais e entrevistas.....	45
5.5 Pauta.....	46
5.6 Roteiro 1, 2 e 3.....	47
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>50</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>52</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>55</b>

## INTRODUÇÃO

O mundo se modernizou e a *Internet das Coisas*, descritas por Margaret A. Boden (2020), como a tecnologia em diferentes aspectos e se materializando em formas distintas, passou a estar cada vez mais presentes em nosso cotidiano. No entanto, com toda essa gama de aparatos tecnológicos, foram escancarados diversos problemas socialmente já enfrentados, um deles é o racismo estrutural, tratado pelo professor e doutor Silvio Almeida, que também é presidente do Instituto Luiz Gama e atualmente, Ministro do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania do Brasil. Como um problema para além das dimensões políticas, fazendo parte da construção histórica e cultural do Brasil, ou seja, uma discriminação sistêmica que está presente em todas as esferas sociais, quer seja de forma científica, social e, na comunicação.

No caso deste trabalho, em especial, o objetivo é discutir a estrutura racista e sua influência na produção e conseqüentemente, na criação e seleção de conteúdos jornalísticos a partir de dados, big data e inteligência artificial. Abordaremos a esfera tecnológica e sua influência na produção de pautas e enquadramento de matérias.

Através do projeto experimental, Podcast Negritudes se faz necessário trabalhar a representatividade negra no ambiente digital, de produção de materiais jornalísticos e tecnológico. Aprofundar os questionamentos da comunicação digital e os impactos que base de dados e algoritmos têm.

# 1 - HISTÓRIA DA SERVIDÃO E ESCRAVIDÃO

## 1.1 Diferentes Contextos Históricos e Cronologia

A historiografia trata, em geral, a escravidão como se fosse um fenômeno quase universal, presente, em diferentes graus de intensidade, em quase todas as sociedades humanas pré-capitalistas (GARINELLO, 2006).

Os registros sobre sistemas socioeconômicos baseados na servidão teriam se iniciado durante a Revolução Neolítica, antes mesmo dos registros de escrita. Tal período foi marcado pelo surgimento de práticas de agricultura e domesticação de animais. Foi um processo de mudanças na organização dos grupos de indivíduos, a noção de ajuntamento/excedente produtivo e posteriormente, a comercialização dos mesmos.

Antes do período Neolítico, as comunidades viviam como nômades, migravam de lugar para lugar com o intuito de buscar novos meios de sobrevivência pois, não existia a ideia de acumulação de pertences. De acordo com Gordon Childe (apud GHIDINI; MEHANNA, 2020, p. 7), "a implementação das práticas de cultivo e criação ocasionaram uma verdadeira transformação que, pela primeira vez, deu ao ser humano o controle sobre o provimento de alimentos". A vida foi se adaptando, conforme as necessidades, por meio do trabalho humano, descrito por (GHIDINI; MORMUL, 2020, p. 8) como sendo intencional, tendo finalidades e objetivos.

Cerca de 2500 a.C, em nome de Deus, os povos israelitas tomaram para si várias nações e as submeteram sob regime escravocrata, tendo o aval das "Leis" que vigoravam na época. Tal comportamento social é descrito por Campos (2007) como sendo subordinação completa de um indivíduo a outro, abdicando de sua autonomia jurídica pessoal. Eram chamados de *ebed*, que segundo o dicionário hebraico, significa escravo.

A Torah, livro sagrado dos judeus, dava aprovação para a prática, desde que fosse com outros povos, ou seja, não poderia ser de hebreu para hebreu. Em Levítico 25:44 é dito "dos filhos dos estrangeiros que se hospedam entre vós, deles comprareis, e de suas famílias que estão com vocês, que geraram em

vossa terra e eles serão vossa propriedade”. No versículo seguinte, o escravo é descrito como posse herdada, com a relação servil sendo perpetuada por várias gerações. “E possui-los-eis por herança para vossos filhos depois de vós, para herdarem a possessão, perpetuamente”.

O judeu seria um escravo “hierarquicamente diferenciado” dos demais (CAMPOS, 2007, p. 16). Um dos exemplos marcantes sobre a comercialização de escravos citados na Bíblia foi a história de José. O mesmo foi vendido por seus irmãos ao chefe da guarda de Faraó. Nos anos seguintes, o povo migrou para a terra do Egito devido à fome e à miséria, a civilização estava entrando em colapso e uma das alternativas de sobrevivência seria transmigrar para o Egito, deixando a autonomia de lado e se entregando, voluntariamente, juntamente com toda a sua família, ao regime de servidão. Sendo assim, a servidão ocorria para que suas famílias não perecessem, devido a miséria que assolou a população por centenas de anos.

A escravidão dos povos hebreus por parte dos egípcios se deu na possível “ameaça” do desaparecimento cultural, haja vista que o homem tinha como uma das funções, perpetuar sua espécie e garantir o seguimento e costumes familiares. O faraó viu um problema iminente com o aumento da população hebreia e decidiu, por meio da submissão, a eliminação desses povos. O trabalho árduo e as condições precárias de vida faziam com que vários indivíduos não chegassem à vida adulta, uma das tentativas para barrar o crescimento populacional foi a Lei Do Primogênito. Essa lei, pensada pelo rei e executada pelos seus serviçais, condenava a morte todos os bebês de sexo masculino que nasciam naquela época.

O intuito dessa lei também tinha como foco desestabilizar, por meio do medo, a comunidade hebreia, já que cabia ao filho primogênito a segurança dos membros, principalmente contra invasores e conquistadores de comunidades externas, além de perpetuação do nome da família. Ou seja, tirar a vida daquele que viria a ser o *patriarca* era negar a longevidade da cultura, impedir a perpetuação de valores sociais, morais, civis e religiosos.

Mais tarde com o crescimento de impérios e a conquista por novos territórios, a sujeição a uma autoridade já havia sido institucionalizada na

organização social, cultural e econômica das civilizações. Essas organizações justificavam esses atos e tinham aval da organização vigente e a servidão era a consequência dos povos derrotados em guerras.

Durante o Império Romano, houve formas variadas de trabalho compulsório. Segundo Guarinello, a legalidade do escravo como propriedade na Itália dos séculos II a.C a II d.C se dava com indivíduos estrangeiros, adquiridos em batalhas, a partir das quais o seu pertencimento era de seu senhor. "Não somente de seu trabalho, mas de seu próprio corpo, do qual teria pleno e total direito de utilização e que poderia submeter a qualquer tipo de castigo, até mesmo à de execução" (2006, p. 229). Outra forma aceitável de se ter um escravo naqueles tempos era a posse do filho de uma mãe escrava, dando total direito ao seu proprietário, sua comercialização.

O crescimento econômico, a concentração de riquezas, a expansão e as conquistas de terras foram alguns dos fatores que contribuíram para a difusão da escravidão nas cidades-Estados romanas. Apesar de terem se tornado uma parcela significativa da população e serem a principal força de trabalho dentro das organizações sociais, esses indivíduos se viam excluídos da comunidade política e passaram a ocupar terras ao redor das propriedades imperiais.

De acordo com Orlando Patterson (apud GUARINELLO, 2006, p. 240), "a escravização pode ser entendida como um processo de morte simbólica, no qual o escravizado perde sua identidade original, sua pessoa, para tornar-se quem o seu senhor determinar". O autor descreve cada escravo como sendo um indivíduo com uma trajetória determinada, de acordo com as funções atribuídas. Os escravos rurais trabalhavam acorrentados num ambiente majoritariamente masculino; já os escravos urbanos tinham uma rotina mais branda, sendo treinados para desenvolver ofícios específicos. Havendo possibilidade de desenvolvimento e eles poderiam ser alforriados.

Aos poucos, esses afazeres foram tomando técnicas que, utilizadas com a comunicação e a racionalidade, resultaram em regras e organizações sociais, antes não estabelecidas. Tais técnicas possibilitaram o enraizamento de grupos e a sensação de pertencimento. Antes, carregar pertences era tido como um fardo, porém, durante esse processo de ruptura e dominação da natureza, houve

a possibilidade da acumulação de excedentes. De acordo com Jose Paulo Neto e Marcelo Braz (apud GHIDINI; MORMUL, 2020, p. 14) surge, assim, a ideia de acumular produtos, de mercadoria e exploração do trabalho humano. “Desenvolvimento da agricultura passou a diferenciar os grupos por definições de hierarquia dando início à primeira divisão social do trabalho.” (2020, p. 11). Essa classificação de ofícios causou grande impacto social que conseqüentemente desencadeou o surgimento do Estado- instituição essencialmente classicista.

A Idade Média é marcada pela desintegração do poder do Império Romano, tendo um dos fatores principais, a morte de Carlos Magno em 814, e conseqüentemente, a descentralização do reino. A fim de garantir o sustento e a continuidade da economia, o império resolveu ceder aos vassallos a posse de pequenas propriedades, o que mais tarde seria chamado de feudos. Dessa forma em troca de fidelidade e ajuda militar, para Faber (2011), as famílias se submetiam aos comandos dos proprietários de terra. Uma das grandes motivações para tal acontecimento é o de que a economia basicamente se baseava em produtos agrários, sendo eles o manuseio da terra e a criação de animais.

A economia feudal baseava-se em produtos do setor primário, ou seja, por meio de alimentos cultivados, a produção e o manejo eram feitos por parte dos servos, que dividiam de forma não igualitária aos seus senhores. A classe trabalhadora, usava a terra por meio de um empréstimo e mantinha as regalias do clero e da nobreza, ficando apenas com o necessário para sua sobrevivência. O sistema feudal se dividia em classe sociais, sendo eles os sacerdotes, que eram membros da igreja e possuíam vantagens, pelos guerreiros que pertenciam às classes nobres e ficavam de prontidão caso houvesse confrontos e pelos servos, que se dedicavam na produção de insumos para o sustento da organização (COSTA, 2016). (...) “diferentemente da escravidão o servo não era comprado, vendido ou usado como mercadoria e nem sua família era dividida para trabalharem em outras propriedades” (HUBERMAN, 1981 apud COSTA, 2016, p. 11). Sendo assim, o relacionamento feudal, não tinha interesse em dividir as famílias, haja vista que de maneira hereditária, os senhores tinham posse das futuras gerações de seus servos.

Desse modo a estrutura do sistema social da alta Idade Média e o feudalismo na Europa Ocidental dava-se por uma função aristocrática pré-estabelecida, de acordo com a genealogia do indivíduo, não dando a possibilidade de mudanças ou ascensão social. Engels acredita que a primeira divisão entre escravos e senhores (apud GHIDINI; MORMUL, 2020, p. 15) tenha tido início no processo de exploração de uma classe por outra.

A dominação de uma classe por outra estava relacionado com a noção de propriedade, sendo assim, quanto mais terra o indivíduo tivesse, mais influente ele seria. A natureza deixa de ser a única posse, mas o próprio ser humano começa a ser propriedade do seu "superior", passando a produzir não mais para a sua subsistência ou a de seu grupo, mas sim a produzir aquilo que o seu dono espera. Além de ter a organização do seu trabalho alheia a si, o produto dele também não lhe pertence" (GHIDINI; MORMUL, 2020, p. 17).

A expansão marítima na Europa Ocidental se deu por volta do século XV. Antes, os modelos de escravidão e expansão eram os que haviam sido praticados pelo Império Romano, até sua ruína, no século III. Roma antiga tinha uma política de escravização dos povos que derrotava. Isso acontece com egípcios, com persas, com fenícios e com os sírios. Mas era um tipo de escravidão baseado no confronto bélico, nas guerras de conquista, ligadas a territórios ocupados.

Quando começam as grandes navegações, há conquistas de território, mas não exatamente da mesma maneira, ainda que resistam semelhanças. A ocupação espanhola da América, por exemplo, foi baseada em uma tentativa de submissão e eliminação dos povos nativos, algo que acontece, também, em alguma escala, com as possessões portuguesas. Mas, no caso especial do Brasil, os povos autóctones, segundo dicionário Aurélio: "Diz-se daquilo que é natural da região onde ocorre [...] Que é oriundo da terra onde se encontra, sem resultar de imigração ou importação", não constituíam povos unidos, o que dificultou esse tipo de modelo de escravização. Depois de um extermínio contumaz de boa parte dos nativos brasileiros, por confrontos ou doenças, passou-se a uma prática até então pouco utilizada, que era a de buscar escravos em um continente para levá-los a outro, que também não era a própria metrópole.

Já em Roma os conquistadores invadiam e escravizavam no local da invasão ou levava escravos, na maioria dos casos, combatentes derrotados das lutas, para a própria Roma, já se tratando de escravidão na América e das costas africanas, a lógica é diferente. A metrópole promove tráfico de escravos entre as colônias e não somente na metrópole ou mesmo no próprio local de origem.

O Império Romano havia acabado e “a realidade dos povos bárbaros começou a ser modificada pela expansão do comércio e agricultura” (FAUSTO, 1996, p. 09). As conquistas de novos povos e territórios para a busca de matéria-prima e de produtos destinados ao consumo da aristocracia foi um dos vários impulsos para tal expansão.

A organização social e política dentro desses ‘Novos Estados’ era representada pelo rei. “Esse processo durou séculos e alcançou seu ponto decisivo entre 1450 e 1550” (1996, p. 10). Contavam com o apoio e a influência da Igreja Católica na cristianização dos povos gentios, baseados nos ideais provenientes da Contrarreforma ou Reforma Católica. Segundo José Maria de Paiva (apud FRANÇA, 1982, p. 31) “a palavra da salvação devia ser anunciada com urgência, para que os infiéis cressem”.

Outro fator importante se dá no avanço das crises epistemológicas, como o exemplo da Peste Negra (século XIV), além de crises entre grandes senhores e camponeses. “A única saída para tirar a Europa Ocidental da crise seria expandir a base geográfica e de população a ser explorada” (FAUSTO, 1996, p. 11). Esse progresso traria uma ascensão não só na posição social, mas uma maior participação política e econômica. Nesse tempo, Portugal se afirmou como autônomo, após as guerras contra a Espanha, e foi o primeiro a expandir seus territórios a partir do século XV. “Para o povo, lançar-se ao mar significava sobretudo emigrar, tentar uma vida melhor, fugir de um sistema de opressões” (1996, p. 12). Para Paiva (apud FRANÇA, 1982), a colonização foi pensada e realizada em função da produção, para o enriquecimento da coroa e do estamento mercantil dominante.

O comércio transaariano no continente africano era composto vários reinos, dentre eles: Gana (sec. II-XIII). Localizada na região do deserto do Saara e das savanas, os centros comerciais de Gana se baseavam em trocas entre

pastores e agricultores. Não somente "usavam-se da localidade para colocar atributos de passagem e hospedagem, comércio de iguarias como: pedras preciosas, perfumes, sal" (MARQUES, 2008, p 46). Outras características marcantes descritas por Marques eram as trocas de produtos, e inclusive escravos, adquiridos em guerras. Tais ajuntamentos foram necessários para adquirirem poder militar e a manutenção do governo e estruturas de poder.

Outro importante império da região foi o de Mali (sec. XII- XVI). Localizado na savana, nasceu da conversão dos povos urbanos ao islamismo. Tinha sua economia baseada nos tributos da exploração das minas, do comércio de noz-e-cola, fruto produzido nas florestas do entorno, e dos alojamentos para comerciantes. Mais tarde, no século XV, o fortalecimento, a riqueza e unificação desse reino chamaram a atenção da Europa, fazendo com que o eixo comercial fosse alterado, deixando de ser exclusivamente do deserto do Saara, passando para a costa atlântica.

Desenvolveu-se entre os séculos XII e XIII. habitada por povos *edos*, a região do Benim se dividia em diversos mini estados que, aos poucos, foram fundidos. O reino vivia do comércio, no século XV, incluiu os europeus entre seus parceiros de negócios, fornecendo-lhes escravos, tecidos, marfim e pimenta. Sendo sua riqueza baseada na produção de arte, com a fabricação de esculturas de cobre e bronze. Séculos seguintes, o reino foi desintegrado pelos britânicos.

Império Songhai (sec. XV-XVII), localizados próximo da Curva do Niger, o império foi construído por meio de batalhas militares, dado início as conquistas territoriais. Passara a dominar centros de comércios populares, a organização social e administrativa era bem definida e exercida "havia comissários que eram enviados periodicamente às províncias, para arrecadar impostos extraordinários dos comerciantes" (MARQUES, 2008, p. 52).

Os dizeres fantasiosos a respeito da população africana, se deu por parte dos viajantes europeus, ainda na Idade Média, onde as representações taxadas como demoníacas eram de pele negra. A partir daí, mesmo sem muito desenvolvimento da ciência houve início da crença de que o clima seria um agravante para tais "deformidades" físicas e morais. O processo de escravização foi alterado nos séculos XV e XIX, por meio das transformações tecnológicas,

como foi o caso das embarcações, o tráfego nos mares deixou de ser exclusivo de iguarias e pedras preciosas e passou a ser de exploração do trabalho humano com as rotas do tráfego negreiro. As colônias europeias que se beneficiavam do processo e exploração percorriam entre Portugal, Espanha e Inglaterra.

Segunda metade do século XIX até o século XX, temos regimes neocoloniais África do Sul, Namíbia, Congo, Inglaterra, Alemanha, Bélgica com grandes empreendimentos que usavam a mão-de-obra africana, escravizada ou semi-escravizada, na exploração das riquezas do próprio Continente.

A expansão marítima do pós-revolução na Europa Ocidental possibilitou novas formas de exploração, não só de terras, iguarias, mas de trabalhos braçais, teve início nos limites do Mar Mediterrâneo, além de reforçar estigmas antes já construídos.

No ano de 1800 houve uma explosão de acontecimentos, Silva (1994) diz ser um século em que a sociedade africana passa a integrar-se nas estruturas políticas mundiais. Grande parte desse estrangeirismo se dava, com o consentimento e o apoio dos africanos, ou sob sua vigilância, ainda de acordo com o autor, esse comércio não se limitava nas costas litorâneas.

As mercadorias deixaram de ser exclusivamente as pedras preciosas e iguarias, como temperos, passando a ser o povo africano. As rotas dos navios negreiros mudaram não só as estruturas das cidades, principalmente as litorâneas (com portos), como também a biodiversidade do mar. Os tubarões, que comiam seres vivos das profundezas dos oceanos, passaram a se alimentar de corpos jogados dos navios negreiros, atraídos pelo cheiro humano, ou de seu sangue, passaram a seguir os navios.

O massacre de ZONG explicita o comportamento que reduzia os corpos negros a meras mercadorias. Devido às condições deploráveis de bordo, muitos dos capturados morriam antes de chegar às Américas, ou eram acometidos por doenças. A tripulação chegava a ultrapassar o limite máximo. Os corpos dos homens eram mantidos acorrentados e deitados uns sob os outros, as necessidades fisiológicas eram feitas ali mesmo, sem possibilidade de soltura. Convivendo com ratos, sem comida ou água potável, viajavam semanas e até

meses. Nessas condições insalubres, as doenças se espalhavam com muita facilidade/velocidade.

O massacre aconteceu novembro de 1781, durante a embarcação navio holandês com destino a Inglaterra, ele estava sob posse da colônia britânica pós-guerra anglo-holandesa, tendo como chefe Luke Collingwood. Após perceber que a tripulação estava acometida de doenças lançou ao mar cerca de 132 corpos de escravos em três dias consecutivos. A justificativa foi de que as “mercadorias”, como descreviam os escravos, estava estragada.

Em 1807, o tráfico de povos foi abolido pelo parlamento britânico, mas isso não intimidou a exploração da mão de obra escrava, nas colônias britânicas. O imaginário da construção social já havia sido construído com anos de exploração sob povos estrangeiros, de pele escura e subjugados ao trabalho escravo, além do mais, justificado pela ciência do Darwinismo Sociológico. Tal cultura exploratória, disseminada e implementada pelas colônias, seria quase impossível de ser esquecida.

Afinal de contas, o silenciamento e apagamento da cultura dos povos dominados aconteciam a primeiro instante, antes mesmos de migrarem para o destino final. A árvore do esquecimento, o apagamento da comunicação local, cultural e religiosa, sendo a psique, trabalhado pela psicanalista Neusa Souza (2008) uma das maiores armas do sistema.

No ano de 1833 houve a aprovação da Lei da Abolição da Escravatura em boa parte do império britânico, no entanto, só entrou em vigor no ano seguinte. Pesquisa divulgada pelo Banco de Dados do Comercio Transatlântico de Escravos (*Transatlantics Slavev Trade Database*), mostrou que ao longo de 4 séculos do tráfico de escravos entre África e Brasil, mais de 4,8 milhões de pessoas foram obrigadas a deixarem sua terra natal para desembarcar na colônia, mesmo a Lei da Abolição estando em vigor na Europa, a economia escravocrata ainda era fonte de lucro e títulos.

No Brasil essa condição servil foi introduzida pelos colonos. Para eles ter escravos era uma forma de acumular riquezas, gerando mais meios de produção e força, "podiam ser usados para proteger a propriedade do senhor, coagir outros cidadãos e permitiam fazer render as riquezas" (GUARINELLO, 2006). Os

critérios de dominação foram completamente diferentes de boa parte do mundo, os povos nativos foram dizimados em decorrência de confrontos e doenças advindas de seus exploradores.

Desde o início dos processos conquistas das colônias, se deu na ideia de exploração tanto de indivíduos quanto de matéria prima. Segundo Florestan “o mundo não se organizou para tratá-lo como ser humano igual”, sendo ele elaborado para os brancos e pelos brancos (p. 13, 2014).

Esse processo de afirmação identitária do Brasil, houve o apagamento de várias culturas, começando pelos povos indígenas que por sua vez, foram dizimados, além de terem suas terras e suas mulheres tomadas pelo homem branco. Os negros traficados foram arrancados de suas famílias, traficados para outras terras e obrigados a se esquecerem de suas origens, inclusive, sua linguagem.

Segundo dados de 2010 da UNESCO, o Brasil foi a colônia que mais recebeu negros escravos, sendo 38% de todos os indivíduos traficados em território africano. Cerca de “18000 e 22000 homens, mulheres e crianças por ano” (GOMES, p. 226, 2014).

Até o ano de 2007 cerca de 5563 fragmentos ósseos foram encontrados na “Rua Pedro Ernesto, 36” Laurentino Gomes (p. 266, 2014). Os mesmos eram amostras do que anos antes teria sido um cemitério de escravos que chegaram a todo instante do continente africano. Cabia aos brancos o direito de serem sepultados de forma digna, por aos pretos, cabiam as chamas e o descartes de modo qualquer.

Isabel Andrade Marson explica que essa transformação social também aconteceu em decorrência “experiências políticas revolucionárias, a expansão dos bancos, negócios e cidades e, com eles, o desenvolvimento de uma burguesia urbana independente e empreendedora como a existente nos países marcados pela revolução industrial” (p. 13).

Os autores são unânimes ao afirmarem sobre a expansão social e comercial da colônia nos pós abolição. O que antes era regido pelo sistema exclusivamente agrário passara a ser um período de emancipação colonial.

## 1.2 Racismo e Necropolítica

Para Silvio de Almeida (2018), o racismo encontra-se institucionalizado no imaginário nacional brasileiro, porque os estudos a respeito da desigualdade racial foram utilizados para justificar a inferioridade negra, não fazendo críticas sobre a condição do negro na sociedade. Qualquer negro é diretamente ligado à África, sendo considerado evoluído apenas a partir da miscigenação com brancos ou contado com estes. Mbembe (2014, 56-58) relatou que, infelizmente, houve pesquisadores que afirmaram que os negros do continente América eram mais evoluídos do que os africanos porque tiveram mais contato com os brancos.

O sistema escravagista não fez com que no século XXI ainda exista racismo, da mesma forma que a ideologia de supremacia branca não faz com que os negros não sejam incluídos. Todos esses fatores conectados que reproduzem o racismo, pois está estruturado em todas as relações sociais, conforme apontado por Almeida (2018):

Assim, detêm o poder os grupos que exercem o domínio sobre a organização política e econômica da sociedade. Entretanto, a manutenção deste poder adquirido depende da capacidade do grupo dominante de institucionalizar seus interesses, impondo a toda a sociedade regras, padrões de conduta e modos de racionalidade que tornam 'normal' e 'natural' o seu domínio (p. 31).

Debates políticos nacionais e internacionais sobre a necessidade de combater o racismo demonstram um ressurgimento da opressão e violência racialmente motivadas, como observam os autores, que vão desde o racismo institucional subjacente à mudança das regras de imigração, violência contra grupos raciais até cultural e religioso. De qualquer forma, a violência racial sempre foi utilizada como forma de opressão social, e isso não é novidade. Compreender o racismo e a forma como ele estrutura a sociedade nos permite pensar em formas eficazes de mitigá-lo.

O regime escravagista separou negros de seus antepassados, desonrando toda a população e sujeitando-a aos interesses inerentes a esse modo de produção. de tal forma que a população suprimira a humanidade destruindo menções inerentes de todas as formas e tamanhos, como família,

limites, personalidade, língua, religião e qualquer estigma. Construído na prática contínua, sobretudo.

A discriminação racial constitui uma estratégia utilizada pelas classes dominantes desde a época da escravidão e, embora o racismo relacionado ao sistema não tenha sido explicitamente reconhecido, essa premissa não pode ser descartada, pois no presente estudo ela foi desenhada para se relacionar com isso. O conceito coopera com racismo estrutural, que transcende e até atravessa as instituições (MOURA, 2014).

Os países coloniais são basicamente divididos em duas fases, a primeira fase refere-se ao período em que o poder é devolvido à esfera privada, e a segunda fase refere-se ao período desde o surgimento da mineração até a próxima retomada do poder pela centralização. Dom João VI para o Brasil. A ideologia colonial foi identificada como: a ideologia da metrópole, associada à classe dominante, incorporando em sua prática a discriminação e o racismo, inclusive o apoio à legislação; esta foi associada às classes dominadas (escravizados e escravizadas e serviçais) de classe ou pequenos burgueses da ideologia hegemônica (BERSANI, 2018).

Diante das normas e costumes estabelecidos pela supremacia branca, os negros na sociedade sempre foram considerados objetos de estigmatização e inferioridade. Porém, embora seja rejeitada, a presença do negro é o que é necessário como um “outro” distinto para afirmar a noção de distinção e distinção entre branco e negro, privilégio e privação de direitos, bem e mal, verdade e mentira, positividade e negatividade.

Compreender as complexidades de ser negro no mundo como um todo também nos permite entender as estruturas que o controlam, ignorando e descartando as discussões mais delicadas relacionadas diretamente com aquilo que o viola: o racismo. Essa distância, estabelecida e impulsionada pelo paradoxo e pela tipificação, coloca o corpo negro em objetos que devem ser tratados como tais para se tornarem inferiores e, no mesmo sentido, para validar a superioridade branca em termos de existência. Achille Mbembe, nesse sentido, descreve:

Humilhado e profundamente desonrado, o Negro é, na ordem da modernidade, o único de todos os humanos cuja carne foi transformada em coisa, e o espírito, em mercadoria - a cripta viva do capital. Mas - e esta é a sua manifesta dualidade -, numa

reviravolta espetacular, tornou-se o símbolo de um desejo consciente de vida, força pujante, flutuante e plástica, plenamente engajada no ato de criação e até de viver em vários tempos e várias histórias ao mesmo tempo. (MBEMBE, 2014, p.19)

Assim, para Almeida (2019), os aspectos do racismo são sempre estruturais na medida em que fornecem sentido e lógica, reproduzindo formas de desigualdade social que sofreram uma E discriminar as pessoas com base na raça. Entender que o racismo é estrutural é um grande avanço para entender que o racismo transcende o comportamento individual, não é apenas uma força. Uma pessoa, uma raça sobre a outra, mas um grupo sobre o outro. Como explica Almeida (2019), as instituições são racistas porque a sociedade é racista.

A mídia brasileira hegemônica, ou mídia corporativa como a chama a mídia independente, reproduz padrões racistas em toda a sua estrutura. Ou seja, o racismo institucional existe não apenas em aspectos intimamente relacionados à produção de notícias, no trabalho cotidiano e na contratação de profissionais de comunicação, mas também em aspectos relacionados à gestão das empresas de comunicação: a equidade de poder se constrói sem antirracismo em lembre-se de que as políticas comunistas reprimem até mesmo o comportamento interno (GUENA; SANTOS, 2022):

(...) a pesquisa, desenvolvida pelo “Grupo de Pesquisas Rhecados - Hierarquizações étnico-raciais, Comunicação e direitos humanos - coordenado pelas autoras deste artigo e registrado junto ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ) - que analisou a cobertura de quatro telejornais das emissoras brasileiras, Rede Globo, Cultura, Rede Band e Record sobre os assassinatos de George Floyd, 46 anos. Floyd foi morto em 25 de maio de 2020, mas o fato só foi noticiado no Brasil em 27 de maio de 2020 e João Alberto Freitas, 40 anos, cujas notícias foram veiculadas dia 20 de novembro, Dia Nacional da Consciência Negra. No caso do assassinato de Floyd analisamos 12 programas – de 27 a 29 de maio de 2020 - que somaram 11,51 minutos. Já a cobertura da morte de Ferreira, foram oito programas, dos dias 20 e 21 de novembro de 2020 e somaram 104 minutos (2022, p. 122).<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> Jorge Floyd foi morto em 2020 por Derek Chauvin, um policial da cidade de Minneapolis, nos Estados Unidos. O homem negro de 48 anos teve seu pescoço pressionado por quase 10 minutos e mesmo clamando por socorro, veio a óbito devido a complicações. O caso revoltou toda a população e chamou atenção da mídia para a violência cometida por policiais, provocada pela discriminação racial.

O racismo na sociedade contemporânea faz parte de um movimento ambíguo e difuso, pois ao mesmo tempo em que mostramos casos de violência e genocídio contra as populações negras, também podemos observar a captação desses acontecimentos pela lógica de uma economia capitalista que fará uso de corpos negros como objetos de função para promover o lucro. As estruturas sociais dominantes fazem o racismo circular por qualquer espaço ou esfera de expressão e existência, ora se abrindo, ora se disfarçando.

Essa criatura negra, diferente da imagem de qualquer outra pessoa, é objeto de constante estigmatização no rosto na maioria das vezes minando sua integridade e destruindo ainda mais o conceito de cidadania. Abordagens jornalísticas que, por exemplo, tratam pessoas atros como vítimas e perpetradoras de acontecimentos são completamente divorciadas do conceito de respeito à imagem e não dão a devida importância e efetiva negociação aos fatos que põem o corpo negro em condições de vulnerabilidade e distinção:

No Brasil contemporâneo, o número de casos de racismo veiculados na mídia online é cada vez maior e revelam a dimensão do racismo estrutural. Nesse sentido, deparamo-nos com uma lógica de superexposição de corpos negros em situações de violência racial, em todos os âmbitos que compõem o racismo estrutural. A partir disso, este trabalho propõe uma discussão que problematiza a lógica usada nos ambientes midiáticos e em boa parte dos debates crítico-teóricos - sejam nas matérias jornalísticas ou em textos acadêmicos – quando se fala sobre corpos negros em condições de exclusão e subalternação. (DE OLIVEIRA et al, 2019, p. 06).

Se o racismo é difundido por meio de narrativas dominantes, e tais narrativas estão disponíveis apenas para uma elite simbólica predominantemente branca de políticos, jornalistas, escritores, professores, pesquisadores, etc., a forma mais elitizada de racismo nos tempos modernos é a elite simbólica branca.

O racismo estrutural é definido como um conjunto de práticas institucionais, históricas, culturais, sociais e interpessoais que estruturar nossa sociedade e sistematicamente prejudicam e inferiorizam um determinado grupo racial e/ou étnico. O preconceito é baseado em estereótipos que incluem preconceito contra grupos étnicos raciais. Nesse preconceito, a sutileza do racismo no Pau-Brasil é usada como ferramenta para reproduzir alguns modelos negativos, pois é amplamente e abertamente difundido por meio de piadas que,

ao atenuar a seriedade, criam imagens ruins e ridículas sobre negros que podem prejudicar a autoestima. Quando identificamos preconceito contra certos grupos raciais. Podemos reforçar as vantagens e desvantagens sociais, como pensar que os brancos são mais propensos a ocupar cargos de liderança. Uma ideia que, em última análise, beneficia esse grupo e lhe dá algumas vantagens. A discriminação, por outro lado, é o tratamento inferior decorrente, neste caso, da raça de uma pessoa. A forma direta ocorre quando há forte rejeição de grupos e pessoas por causa de sua etnia. Entende-se que as pessoas são discriminadas com base em um único vetor e que a imposição da discriminação pressupõe a existência de uma intenção de diferenciação. A forma indireta é o processo de ignorar a situação específica de grupos minoritários ou aplicar regras de “neutralidade racial” sem levar em consideração a existência de diferenças sociais significativas, por lei ou por consequências adversas (ALMEIDA, 2018):

(...) o contexto da expansão comercial burguesa e da cultura renascentista abriu as portas para a construção do moderno ideário filosófico que mais tarde transformaria o europeu no homem universal (atentar ao gênero aqui é importante) e todos os povos e culturas não condizentes com os sistemas culturais europeus em variações menos evoluídas.[...] Ainda que hoje seja quase um lugar-comum a afirmação de que a antropologia surgida no início do século XX e a biologia – especialmente a partir do sequenciamento do genoma – tenham há muito demonstrado que não existem diferenças biológicas ou culturais que justifiquem um tratamento discriminatório entre seres humanos, o fato é que a noção de raça ainda é um fator político importante, utilizado para naturalizar desigualdades e legitimar a segregação e o genocídio de grupos sociologicamente considerados minoritários. (2018, p.22).

Quando se criam instituições que reproduzem comportamentos, e transformam indivíduos em sujeitos que naturalizam o ente de raça, mediante os mecanismos já citados, é provável observar com que as instituições funcionem interiormente da estrutura. Ou seja, o racismo institucional está contido no racismo estrutural. É importante conceber que todas as formas de violência raciais andam juntas, e quando há separação, há uma prova de adiantar o problema, como se fosse muito pontual.

O racismo é incessantemente uma aproximação de suportar, visto que em sua dualidade, ao lugar sem sorte que alguns indivíduos estão condicionados à uma pretensa

humildade, por outro sentido, existem grupos que estão subjugados a privilégios. Para Almeida (2018), não existe racismo que não seja estrutural, visto que todo o decurso depende de disposições sociais para que a discriminação aconteça de forma sistêmica e esse suportar funcione incessantemente no próprio sentido.

Então são necessários mecanismos estatais, ideológicos, jurídicos e econômicos para retratar esse imaginoso sociável sobre a conduta de pessoas de grupos racializados (quanto por indígenas, ciganos, negros e judeus) e refrescar ou perpetuar a capacidade dos indivíduos. Sendo assim, o racismo simples funciona quando há supremacia de todos esses mecanismos. Como indivíduos que compõem uma comunidade, somos condicionados a se adaptar as regras do jogo. Somos seres que discriminam, que naturalizam a inconstância, pois somos socialmente constituídos para que a inconstância apareça associada a determinados grupos, sejam negros, indígenas, lgbs, dentre outros. O racismo estrutural, junto aos mecanismos de perpetuamento do próprio, sempre observados na associação de diversas formas. Seja quando um indivíduo negro é caçado por um suposto crime dentro de um shopping, seja analisando o número crescente de mortes de pessoas negras pela polícia, a explosão de denúncias por injúria racial, o contorno das pessoas que vivem em ato de pobreza etc. Por outro lado, existem os sujeitos privilegiados por toda catafalco da estrutura, observada quando a policial utiliza de abordagens violentas nas favelas em comparação a mesma atuação de forma branda nos condomínios de luxo; quando indivíduos que se beneficiam da coloração da pele para assumir cargos de chefia; quando pessoas que não precisam avançar com as mãos em seus bolsos pois não correm risco de temer aproximação policial; todas essas diferenças entre brancos e negros são validadas pelo racismo estrutural.

Os processos de “conquistas” das colônias europeias em diferentes continentes, como América e África, deram-se na ideia de exploração tanto de indivíduos quanto de matérias-primas. Segundo Walter Benjamim (apud RIBEIRO, 2019, p. 7), “a história é contada do ponto de vista dos vencedores”. As descrições feitas no ensino regular nas escolas até os dias de hoje caracterizam o escravo como sendo um sujeito "passivo" e não costumam falar

dos movimentos de revolução promovidos pelos negros e tampouco das contribuições culturais que os negros deram ao País. Para Florestan Fernandes (1972), a visibilidade do negro não se associa às transformações sociais significativas e o processo de formação de identidade no Brasil ainda é muito tortuoso.

A obra *Pequeno Manual Antirracista*, de Djamilla Ribeiro, publicada em 2019, sustenta a ideia de que a elaboração histórica da organização social do País teve diversos aspectos, dentre eles os psíquicos e os culturais, ou seja, foram regulamentados estrutural, institucional e dinamicamente. É algo similar ao que afirma Fernandes (1972), que diz que a democracia está na esfera econômica, social, jurídica e política, perpassando no domínio das relações raciais.

As violências ocorridas no Brasil durante o período colonial aconteciam de forma explícita, institucionalizada, apoiada pela moral cristã e justificada nas produções acadêmicas. De acordo com Abdias do Nascimento (1978), a história foi manipulada para fora do seu percurso natural pelos homens- fortes da política. O falso idealismo de que no Brasil o racismo tenha sido 'brando' impossibilita o entendimento profundo da problemática (FERNANDES, 1972).

Michel Foucault (apud Diniz; Oliveira 2014), denomina o exercício de poder sobre a vida como biopoder. É por meio dele que se classifica os indivíduos. É ele quem determina quem deve viver e morrer, o que é belo e o que não é, a ocupação dos espaços de privilégios ou não, o tratamento do Estado, a abordagem policial, e outras fragmentações. A relação de poder entre Estado e sociedade e o processo de firmação indenitária do Brasil contaram com a ideia da democracia racial e teve como base a sociedade colonial, o surgimento do *poder disciplina*, nasce como uma função tecnológica de poder, onde o corpo humano é visto como máquina, "objetivando adestrá-lo para transformá-lo em um instrumento útil aos interesses econômicos" (DINIZ; OLIVEIRA, 2014, p. 144).

As especulações intelectuais sobre democracia racial permeavam nas camadas sociais, com o apoio da chamada ciência históricas. "Segundo esta, pretos e brancos convivem harmoniosamente, desfrutando iguais oportunidades

de existência, sem nenhuma interferência" (NASCIMENTO, 1978, p. 41). Segundo Fernandes (1972), o mito da democracia racial é um enfeite da realidade, onde os dois polos se organizam com a mínima fricção.

"A abolição da escravatura não pôs fim, mas agravou o genocídio" (NASCIMENTO, 1978, p. 21). A produção subjetiva do "Orgulho Nacional" para a produção da identidade dos povos brasileiros no final do século XIX colocou em "cheque" mais uma vez a posição do negro como ser social. Segundo Florestan Fernandes, "o mundo não se organizou para tratá-lo como ser humano igual" (1972, p. 13).

O mito da democracia racial, de acordo com Nascimento (1978), supostamente refletia a determinada relação dinâmica da sociedade brasileira: "que brancos e pretos convivem harmoniosamente, desfrutando iguais oportunidades de existência, sem nenhuma interferência" (p. 41). No entanto, o sistema de castas não existe somente na Índia, mas a elaboração histórica do Brasil é dividida, valorizada e esquematizada de maneiras explícitas e não explícitas.

Inspirada na teoria de Charles Darwin, por volta de 1883, Francis Galton apresenta o projeto de eugenia, sendo ela uma das diversas produções acadêmicas científicas, a fim de reafirmar e justificar a exploração do povo preto. Seus artigos publicados no ano de 1885 e anos seguintes concluíram que a capacidade intelectual perpassava de maneira hereditária.

Galton usou em seus estudos a bibliografia familiar de diversos intelectuais, artistas e pensadores da época e chegou à conclusão de que "não somente os aspectos físicos, mas também o talento e a capacidade intelectual poderiam ser calculados, administrados e estimulados, por meio de casamentos criteriosos durante gerações consecutivas" (Valdeir Del Cont p.204,2008).

Ao afirmar que "as classes menos dotadas" teriam crescimento expressivo, chegando a ultrapassar a "classe de bem-dotados", o autor dá ao Estado o controle reprodutivo de sua nação estimulando as campanhas eugênicas em território inglês, e anos seguintes o mundo todo.

Tais ideias influenciariam os estudos e afirmações científicas para a construção do imaginário brasileiro nos anos seguintes. Sendo Renato Kehl, médico e sanitarista, um dos precursores dos ideais no território brasileiro. De

acordo com a reportagem publicada em 2017 pelo portal Geledés, Kehl, conhecido como “Pai da Eugenia no Brasil”, tinha a coparticipação e total apoio da elite intelectual, composta em 1920 e 1930 por “Júlio De Mesquita, proprietário do jornal O Estado de S. Paulo, Oliveira Vianna, jurista e sociólogo, o fundador da Faculdade de Medicina em São Paulo, Arnaldo Vieira Carvalho e Monteiro Lobato”. Essa elite local auxiliava na construção psicológica da população em diferentes esferas sociais. Mais tarde, citado por Florestan como sendo uma “Ideologia Racial”.

Durante o início da abolição do regime escravocrata e a queda do sistema monárquico, o ideário da democracia racial no Brasil começa a tomar forma por meio da construção da República, pela elite local, que via no Brasil uma alta significativa na população de negros e mestiços.

Segundo Florestan, “Na verdade, a Abolição constituiu um episódio decisivo de uma revolução social feita pelo branco e para o branco [...]” (p.47, 2014), porque apesar do marco do ano de 1888, o país vinha se consolidando estruturalmente, socialmente e culturalmente de forma que os negros e mulatos não se encaixavam no novo mundo, sendo assim, não tinham melhor tratamento ou se quer, um tratamento mais humano.

O Brasil começou a tomar forma e a adquirir costumes urbanos. Apesar do crescimento das grandes cidades, desenvolvimento de bancos, movimentos artísticos, políticos e culturais, os resquícios da escravidão ainda persistiam em várias esferas, sendo elas:

Na economia: Ao invés de investirem na mão de obra presente no território nacional, se sustentavam na Lei de Terras, projeto que tinha financiamento do Estado para arcar com a vinda de imigrantes da Europa, Japão, Síria e judeus. Sendo a mobilidade social um sonho impossível para o recém alforriado.

A lei n. 601 de 1850 formulava as primeiras ideias de direito agrário, a fim de promover a colonização estrangeira, por meio desta, os negros não tinham direito à moradia.

As manifestações culturais também lhe foram cerceadas, e mais uma vez, sustentadas por leis. O artigo 339 condenava a prática da capoeira alegando vadiagem. Negros que estivessem sem exercer uma profissão ou ofício eram

condenados, se estivessem nas ruas e praça pública fazendo exercícios de agilidade e destreza corporal (capoeira) eram considerados ofensivos a moral e bons costumes da sociedade.

#### No acesso as escolas

Segundo a Lei n. 1, de 1837, artigo 3º, sobre Instrução Primária no Rio de Janeiro. Os escravos, e os pretos africanos, ainda que fossem livres ou libertos, não poderiam frequentar as escolas públicas.

#### Religião

Desde o início das organizações sociais, a religião é usada como ferramenta para a tentativa de controle, buscando explicações teológicas às tragédias que muitas vezes as ações humanas, são contribuintes. Sabemos que a escravidão e o tráfico negreiro tiveram aval e participação da igreja católica, com justificativa da catequização e salvação da alma desses indivíduos.

A violência e discriminações legais também eram implementadas na fé desses povos. Suas atividades religiosas foram tituladas como feitiçaria, e eram veementemente reprimidas. Segundo Junior, o “Código Criminal de 1890, considerava crimes o curandeirismo, (art. 158) e o espiritismo (art. 197)”, (p. 119, 2021).

Há uma guerra não declarada contra a comunidade negra, imposta desde os tempos coloniais. Os pretos vivem em constante vigilância, pois um guarda-chuva pode ser “confundido” com uma arma, o fato de estar andando na rua-pôde-se considerar suspeito(a), ir ao shopping ou frequentar bons lugares- faz-se necessário reforçar a “segurança”, correr na rua- significa que está furtando.

Nem mesmo na escola ou dentro de casa as comunidades pretas estão isentas da violência do estado. Um exemplo claro é o de Agatha Vitória Sales Felix, no Complexo do Alemão em 2019.

A garota estava retornando para casa depois de um dia na escola, quando de repente, foi baleada dentro de uma Kombi, no colo de sua mãe. Conforme afirmaram a vizinhança e os passageiros, não houve nenhum confronto policial entre bandidos e que havia sido apenas um único disparo.

Mesmo com a alegação popular, a PM informou aos veículos de comunicação que o tiro deveria ter atingido uma moto que passava no local, pois estavam desconfiados de um possível bandido.

Segundo matéria divulgada pelo G1 Rio de Janeiro no ano do fatídico caso, “o porta-voz da MP Mauro Fliess, os policiais afirmaram que se trata de um confronto e que “foram atacados de forma simultânea por marginais da localidade”.

A colônia criou o “inimigo” que foi difundido com o auxílio da mídia, sendo elas jornais, novelas, programas de tv entre outros, criando-se a subjetividade, dando-se completa autoridade ao extermínio e genocídio. Para Foucault “racismo é uma tecnologia de poder” (Almeida p.114, 2021).

Foucault (1976), fundamentada em Almeida (2021), afirma que:

As mudanças socioeconômicas ocorridas a partir do século XIX houve uma mudança na concepção de soberania, que deixa de ser o poder de tirar a vida para ser o poder de controlá-la, de mantê-la e prolongá-la. A soberania torna se o poder de suspensão da morte, de fazer viver e de deixar morrer (p.??)

Almeida reafirma que em decorrência do racismo, há grupos que não têm garantia de vida prolongada. Mas a morte do povo preto começa desde o seu nascimento, os casos de violência obstétrica acometidos em mulheres negras, indígenas e de baixa renda são as maiores vítimas do Estado. Apud Et. Al. Ferreira (2018) aponta que apesar de cerca de 52% da população feminina brasileira ser composta por mulheres negras, elas são 62,8% do total de gestantes mortas, segundo dados do último Relatório Socioeconômico da Mulher, divulgado pelo governo federal em 2015.

O retrato do estereótipo racial em que mulheres negras são tidas como “fortes”, conseqüentemente, recebem tratamento diferenciado logo no pré-natal e, em decorrência das péssimas condições de parto, por vezes morrem, por vezes perdem suas crias.

Durante o processo de embranquecimento do povo brasileiro, para a venda de imagem pacificadora, usou fortemente o corpo de mulheres negras, que por sua vez, eram estupradas ou servidas como cobaias para experimentos científicos de fertilidade.

Sendo assim, essa dominação da natalidade desses povos, ainda é retida nas mãos do Estado. O caso de Assata ocorreu no ano de 2021, na Maternidade Marlene Teixeira, localizada em Aparecida de Goiânia. A mesma recebe o nome de “Açougue”, em decorrência das inúmeras violações de direitos cometidos no local.

Hellen Rocha, conhecida como Ayah Akali, de apenas 24 anos, diz ter sofrido privações de exames básicos e atendimento especializado desde o início da gestação. Quando entrou em trabalho de parto e posteriormente, teve uma hemorragia, em outubro do mesmo ano. Mesmo implorando por uma cesárea emergencial, lhe foi negado esse direito. Horas depois, a ultrassom acusa a morte do bebê Assata, que nem ao menos teve a chance de vir a este mundo. Ainda no hospital, sua mãe quase perdeu a vida com a retirada do pequeno corte de seu ventre. Sua mãe teve vários direitos básicos negados; o de ter um acompanhante, o de exames mais detalhados que de fato comprovassem a morte do bebê, dentre tantos outros. Vemos que o corpo preto é político e nascer, se torna um grito de resistência.

A lentidão na ocupação de espaço de prestígio por pretos, índios e quaisquer minoria, ocorreu de forma lenta e desigual. Mesmo com toda a modernidade do século XXI, a permanência de hábitos, padrões de comportamento e funções sociais ainda funciona de maneira arcaica, e de certo modo institucionalizadas.

Silvio Almeida parte do princípio de que o racismo é sempre estrutural, sendo manifestado nas relações sociais, e não um fenômeno patológico. A visão colonial ainda persiste em nossa sociedade, os corpos pretos ainda são vistos pelo prisma dos senhores.

Sendo a necropolítica o constante terror social provocado, instaurado e aplicado de maneira singular, a eminência da guerra. Sem necessariamente, ter um motivo real e palpável. Falaremos mais disso no capítulo seguinte.

Apesar da população negra, no Brasil, somar mais de 50%, os homens brancos permanecem sendo a maioria nos espaços de poder e conseqüentemente, nas tomadas de decisões.

## **2 - PRIMEIROS MODELOS DE COMUNICAÇÃO NO BRASIL:**

### **2.1 PRIMEIROS VEICULOS JORNALISTICOS**

Com a vinda da família real para a colônia portuguesa, vieram também os seus costumes, tradições e hábitos. Trouxeram consigo, bibliotecas e novas maneiras de se comunicar, diferente do que os nativos estavam acostumados a usar. Acompanhavam a realeza os cronistas, tradutores afins de descreverem e publicarem tudo o que acontecia e o que viam, além, de manterem informados do que estava acontecendo no país de origem e informá-los o que se passava.

Antes da chegada da corte, toda a atividade de imprensa era fortemente proibida. A imprensa escrita no Brasil se deu no ano de 1808 na capital da Colônia, Rio de Janeiro e se chamava Imprensa Regia. Tendo a impressão do primeiro periódico nacional, A Gazeta do Povo.

Por falta de regularidades nas publicações, grande parte das informações que se tinha na época, era proveniente de jornais estrangeiros. O ideário de liberdade de credos e imprensa circulava por toda a Europa.

Com o intuito de frear a circulação de ideias liberais, D. João acordou com Hipólito, na Inglaterra e garantiu a compra de inúmeros exemplares. Por meio de pesquisas do historiador Barman, esse acordo foi negociado pelo embaixador português em Londres, chamado D. Domingos de Sousa Coutinho e, “a partir de 1812 Hipólito passou a receber uma pensão anual em troca de críticas mais amenas ao governo de D. João, que era um leitor assíduo dos artigos e editoriais da publicação” Fernandes (p. 130, 2007).

Em 1811 foi publicado na Bahia o primeiro periódico feito pela iniciativa privada no Brasil. A *Idade d'Ouro do Brasil* pela tipografia de Manuel Antônio da Silva Serva.

Por volta de 1817 com o enfrentamento militar, várias mudanças sociais foram implementadas, sendo elas: desmembramento dos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, a tolerância de mais igrejas cristãs que não as católicas e a grande novidade, liberdade de imprensa. Apesar dos avanços a monarquia preferiu manter a paz entre os senhores de engenho e manteve o regime de escravidão.

Em 28 de agosto de 1821 D. Pedro II, queria garantir a liberdade de expressão. Havia poucos jornais em circulação e para se manterem, eram fiéis ao governo. Além do interesse econômico tinham forte influência na opinião pública e difundiram ideias entre os formadores de opinião-imprensa doutrinária.

Um dos grandes exemplos da modernidade do Brasil Imperial segundo Clovis Moura, foi a instalação do *telégrafo elétrico*, dinamizou a área de comunicação de forma radical. O mesmo era usado para rastrear o contrabando de escravos, com a implementação da Lei Eusébio De Queiroz em 1850.” ele serviu como veículo de comunicação para mandar prender negros fugidos com rapidez” (p. 100, 2017)

Esse recurso moderno também era usado pelos fazendeiros para acionar as autoridades de que escravos havia fugido de suas propriedades. Ao serem divulgados na imprensa local por meio de cartazes e folhetins, os escravos tinham maior chance de serem capturados e açoitados.

## **2.1 Jornalismo Abolicionista**

Não é de hoje que a mídia propaga ideais eugenistas, mesmo que de forma silenciada, a comunicação teve e tem um papel fundamental para a manutenção desses ideais.

Ex- escravo Luiz Gama começou sua atuação nos processos de liberdade, publicando em jornais a fim de que outros advogados também se interessassem pela causa. Enfrentou o governo imperial alegando o não cumprimento das leis e inspirou várias campanhas abolicionistas. Os abolicionistas da cidade de São Paulo o tinham como uma referência a ser seguida.

Contribuiu para a criação de associações abolicionistas que cobravam o cumprimento das leis, principalmente, a Lei do Ventre Livre no ano de 1871. Apesar de ter uma curta trajetória, Gama morreu em 1882 e inspirou nos anos seguintes Antônio Bento de Souza e Castro para darem continuidade a luta pela liberdade dos povos pretos.

Alguns abolicionistas optaram pela via jurídica para defender os escravos em ações de liberdade. Outros congregaram-se em associações abolicionistas com o objetivo de arrecadar recursos

para compras de liberdade. Houve aqueles que optaram por auxiliar, no interior das fazendas, os escravos a fugirem, elaborando planos de fugas e de transporte até local seguro. Segundo memorialistas da luta abolicionista, Antonio Bento foi capaz de organizar um grupo chamado Ordem dos Caifazes, o qual sistematizou as fugas de escravos e se baseava nas seguintes tarefas: reunir homens livres e criar uma rede de colaboradores que indicasse as fazendas em que a fuga seria efetivada; elaborar uma estratégia de fuga, dependente de uma série de atores sociais; e considerar as diversas circunstâncias a serem evitadas para que a iniciativa não terminasse em catástrofe. (OTSUKA, p. 108, 2018)

A Província de São Paulo, Jornal do Comércio e o Diário Popular abriram suas portas para a disseminação do ideário abolicionista. No ano de 1887 houve a fundação do *A Redenção* jornal que se caracterizava por ter um forte teor de denúncia contra maus senhores, autoridades policiais, urbanos e capitães do mato.

A arte e a comunicação foram indispensáveis para a circulação das ideias abolicionistas, a denúncia do regime vigente, a perpetuação da cultura silenciada e as novas formas de linguagem.

“Há todo um processo de barragem estético ideológico impedindo que os criadores da literatura Brasileira se voltem para o negro e procure neles aqueles elementos que permitam transformá-lo em herói literário” (MOURA, p. 246, 2014).

A *ideologia do branqueamento* impactava todos os processos de criação e produção de negros. Não tinham espaços nas academias e muito menos, na promoção de pensamentos e a disseminação de ideários identificativos.

Sendo o homem branco detentor de todo o conhecimento, quer seja artístico, científico e cultural- dinâmica da sociedade brasileira

Em São Paulo, como manifestação cultural dos negros, houve a chamada imprensa negra que circulou de 1915 a 1963. Entre os jornais, os mais significativos foram *A voz da raça* e o *Clarim da Alvorada*. Essa Imprensa negra desenvolveu um trabalho cultural muito sério. Jair Aguiar um dos fundadores do *Clarim da Alvorada* dizia que esses jornais foram criados exatamente para desenvolver os literatos negros que não tinham possibilidade de espaço em outro órgão de comunicação. No entanto, ninguém

considera os poemas, os sonetos e as crônicas publicados nesses jornais como literatura. são considerados pela crítica acadêmica uma subliteratura que nem merece ser estudada (Moura, 2017, p.??)

O sistema imperava com meios de desarticulação e mais uma vez, de silenciamento. Mantendo o monopólio do discurso cultural como sendo também, uma forma de controle desses indivíduos.

## **2.2 Jornalismo Ativista - Século XXI**

A música de Ivo Meirelles, *Tá Faltando Preto Na Televisão* além de evidenciar o problema da representatividade nos meios de comunicação, ele cita diversos profissionais que poderiam estar ocupando esses lugares de segregação.

O cantor deixa claro a falta de profissionais nos programas de entretenimento, seja na tv aberta ou não e que “[...] a hora dos pretos é a do Jornal Nacional”. Ivo escancara a dominação do pensamento colonizador ao dizer que “[...] O preto não tem um TalkShow, o preto não narra o futebol. Tá sempre na cozinha, no café” e que a única exceção é a Glória Maria.<sup>2</sup>

Esse ideário branco, que vimos nos capítulos anteriores ainda está presente na comunicação atual. Pois, os oligopólios permanecem propagando a discriminação e dominação do povo preto. “Aquele que pretendem controlar as opiniões e crenças de nossa sociedade utilizam-se cada vez menos da força física, e cada vez mais da persuasão em massa” (p. 110, Teorias da comunicação).

A comunicação ao longo dos anos se apropriou de formatos e plataformas de vinculação. E, apesar de toda modernidade e transformações seguem a mesma estrutura ideológica colonizadora. O racismo, haja vista que é um fator estrutural, também se adaptou as novas modalidades e segue uma cronologia de implementação, propagação e disseminação, além claro, da manutenção.

São pouquíssimos os veículos de comunicação que trabalham numa perspectiva racializada com o intuito de barrarem e combaterem as

---

<sup>2</sup> Glória Maria foi a primeira repórter negra da TV Globo e também a 1ª repórter a entrar ao vivo e em cores no Jornal Nacional. A jornalista foi pioneira em diversos acontecimentos da televisão brasileira e inspirou diversas mulheres negras em todo o país.

discriminações. A grande mídia impacta todos os indivíduos, de forma direta ou não, a ponto de transformar o consumo da sociedade. Por meio da geração e propagação de conteúdos, ela “dita” padrões e comportamentos.

A desinformação é proposital e são veementemente produzidas por sites, mídias sociais e outros. Por meio de assuntos tendenciosos, como foi o caso da busca por “cabelo feio” na plataforma Google, em 2017, que apresentava fotos de mulheres negras com cabelos crespos, ou os milhares casos de reconhecimento facial que é uma das formas mais cruéis do racismo sistêmico, onde o objetivo principal é o terror e a eliminação de corpos pretos (Direito de matar: p.119, Silva).

O uso das tecnologias digitais evidenciou formas variadas da violência direta e a coerção, elas usam recursos visuais e textuais que favorecem a manipulação e segmentação da qual reforçam o estereótipo negativo e transformando o consumo da sociedade.

Por meio de produções tendenciosas, pautas, matérias e a imagem nos noticiários, cria-se o imaginário do consumidor. Como citado acima, os jornais tradicionais não dão grande visibilidade a essa temática, cabendo aos jornais ativistas disseminarem tais informações.

Matérias e publicações afrocentradas são propagadas de maneira pouco ampla, como é o caso das grandes mídias, pois ficam a critério da programação algorítmica, dessa maneira, as grandes empresas se beneficiam de seu alcance. Fazendo com que os jornais alternativos, ou a imprensa ativista, não tenham a mesma disseminação. Os jornais tradicionais têm aberto espaços para a divulgação de acontecimentos, mas ainda deixam a “responsabilidade” para os jornais de seguimento.

A automação de processos impulsionadas BIG DATA otimizou o trabalho jornalístico. Com dados estruturados e não estruturados, fazendo o uso de imagens, cruzam com informações e chegam a uma conclusão. Muitas vezes uma matéria ou reportagem redigida por máquinas.

O uso de dados somadas a Inteligência Artificial ((IA), é o novo modelo de negócios a ser seguido. Vale lembrar que ela otimiza o trabalho do jornalista,

mas também, retroalimentam preconceitos já existentes e evidenciam problemas já enfrentados como é o caso das Fakes News.

Isso ocorre por diversos fatores um deles é o de que o nosso país é escravocrata e isso interfere nas relações pessoas, no acesso a informações e a ambientes acadêmicos e está diretamente ligado nas relações homem e máquina.

Em 2021 o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), divulgou dados sobre a declaração racial dos brasileiros, sendo 43% declarados brancos, 47% pardos e 9% como pretos.

Segundo Tarcizio, o ambiente acadêmico não é um lugar natural, foi construído a partir de processos de escravização e o silêncio é cúmplice da violência. De acordo com o Censo da Educação Superior, em 2020, o Brasil graduou cerca de 51 mil profissionais na área de Computação e Tecnologia da Informação e da Comunicação. 49% são composto pelo *padrão*, homem, branco, cis e etéreo que insiste em ocupar cargos de liderança na indústria tecnológica. Citado por Djamila Ribeiro, Reinaldo Bugarelli acredita que “um ambiente diverso estimula a criatividade”, sendo assim, ambientes com representatividade reproduz menos estereótipos e estimas sociais.

A inteligência artificial é uma programação, ou seja, manipulação de dados. Como se trata de uma manipulação humanas a máquinas, preceitos, interesses, vieses raciais e crenças são aplicados diretamente nesse aprendizado.

Trazendo para o jornalismo, isso aís uma vez implica na seleção e a maneira como os temas serão abordados. Um exemplo claro é o de dados de segurança pública, o negro como alvo preferencial nas operações policiais.

Segundo dados vistos acima, 47% da população nacional é composta por pardos e 9% de negros, desse total 71% são assassinadas. Segundo a Agência Brasil “Foram 3.290 mortes em operações policiais em 2021 na Bahia, Ceará, Maranhão, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro e São Paulo. Dessas, 2.154 vítimas (65%) eram negras” (2022).

E com o uso de reconhecimento facial essa violência sistêmica só aumenta. Cerca de 95% das pessoas apreendidas por meio do reconhecimento facial são negras, os dados foram divulgados há 4 anos atrás pela Rede de Observatórios da Segurança.

Outro dado assustador que não é divulgado na grande mídia é o Mapa da Violência em 2015. Durante o estudo feito em 10 anos, evidenciou que o homicídio de mulheres negras cresceu cerca de 54%, enquanto o número de mulheres brancas diminuiu 10%.

A chamada *cifra oculta* assolam a população preta, esse termo é aplicado quando não há identificação das vítimas. Sendo assim, o Estado se abstém de justificar as causas, já que não há evidências de dados e ou provas.

Simone Beauvoir afirma que “não há crime maior do que destruir um ser humano de sua própria humanidade reduzindo-o a condição de objeto” (citação?), essa marginalização e objetificação tomou uma nova roupagem apoiando-se mais uma vez da estrutura.

### 3 - ALGORITMOS E JORNALISMO DE DADOS

A inteligência artificial, segundo Margaret A. Bodon, é a adaptação das máquinas para desenvolver as mesmas capacidades da mente humana, tais como: visão, raciocínio, planejamento e associação (2020). Ela afirma que “a inteligência não é uma dimensão única, mas um espaço ricamente estruturado com diferentes habilidades de processar informação” (2020, p. 13)

Ela surgiu bem antes da internet. Ainda segundo a autora, na década de 1840 por Ada Lovelace, “concentrando-se nos símbolos e na lógica, sem vislumbrar as redes neurais ou a IA evolutiva e dinâmica. tampouco se voltou para o objetivo psicológico da IA, já que seu interesse era puramente tecnológica” (2020, p. 20)

Têm influenciado vários campos; com a Inteligência das Coisas se aplica em diferentes áreas dentro e fora do globo terrestre, sendo eles satélites, rastreamento de gados, carros e casa inteligentes, aparatos militares e a comunicação (tradução de dados, produção jornalística etc.).

Para serem utilizadas ela precisa do que a autora define como *veículo*, sendo um sistema de processamento de informações e a tradução da linguagem de programação. Para ela a IA ajuda a responder perguntas sobre os humanos e demais seres vivos, “A IA questionou a maneira como conectamos a humanidade- e o seu futuro” (2020, p. 15).

Segundo Tiago Mariano:

O dado não possui significado relevante e não conduz a nenhuma compreensão. Representa algo que não tem sentido a princípio. Portanto, não tem valor algum para embasar conclusões, muito menos respaldar decisões. A informação é a ordenação e organização dos dados de forma a transmitir significado e compreensão dentro de um determinado contexto. Seria o conjunto ou consolidação dos dados de forma a fundamentar o conhecimento. (citação??)

Para ele, dados é uma mera informação solta, não tem significado, não transmite nenhuma mensagem (2017). O jornalismo, levando em consideração a Lei Geral De Proteção de Dados (LGPD), interpreta e relaciona por sua vez, esses dados “soltos” e delimitando o conteúdo colhido, faz a tradução para produtos da comunicação.

Para Alex Howard, o jornalismo de dados mescla “a coleta, a mineração, a organização, a análise, a visualização e a publicação de dados para apoiar a criação de atos de jornalismo” (2019, p. 13).

### **3.1 Discriminação Algorítmica**

A IA estar presente na comunicação em diferentes formas de propagação; alcance das redes sociais, publicidade e no jornalismo com a tradução de dados.

Apesar do reconhecimento facial está sendo banido em diversos países, no Brasil ele continua sendo não só propagado, mas difundido e implementado.

Em março de 2021 o Ministério da Justiça e Segurança Pública Secretaria de Operações Integradas foi contatado com o intuito de saber se no estado de Goiás há projetos de segurança pública que utilizam reconhecimento facial. Apesar de preenchido todos os formulários e exigências, além do amparo da LAI (Lei de Acesso à Informação), a solicitação foi respondida por Raquel Conceição Avelar Sinfrônio, responsável pelo Serviço de Informação ao Cidadão, que negou o acesso a tal informação.

Visões de desenvolvimento e progresso são muitas vezes construídas sobre formas de subjugação social e política que exigem atualização na forma de novas técnicas de classificação de controle o novo imperialismo, novas formas de dominação. Bem sabemos que os dados é o novo petróleo.

Segundo Tarcizio Silvio, o racismo algorítmico como termo que dá conta dos modos pelas quais as práticas de discriminação étnico-raciais-estruturais, econômicas, políticas e afetivas- são impulsionadas por tecnologias digitais e de automação criadas em uma ideologia supremacista branca no ocidente, tornando ainda mais difícil sua Identificação. Sendo assim, a tecnologia como sendo a reprodução da organização econômica e política da nossa sociedade contemporânea- racismo na construção de sentido e a tecnologia como reprodução e manifestação.

#### **4 – TRAJETÓRIA DA RADIODIFUSÃO ATÉ O PODCAST**

Em 1922, na cidade do Rio de Janeiro, nasceu a radiodifusão no Brasil. A estreia aconteceu no dia 8 de setembro do mesmo ano e contou com a participação do então presidente da época, Epitácio da Silva Pessoa e teve sua transmissão para as cidades de Niterói, Petrópolis e São Paulo.

No ano seguinte, por meio de Roquette Pinto, houve o aumento da criação de emissoras em outros estados nacionais. No entanto, levou certo tempo para a sua massificação, haja vista que os aparelhos receptores eram de alto custo e poucas famílias usufruíam do uso da eletricidade.

Com o Decreto 16.657 em 5 de novembro de 1924, o controle da radiodifusão nacional era poder do Estado. Mesmo repassando a responsabilidade de instalação ao poder privado, em sua maioria empresas dos Estados Unidos, cabia ao Estado Brasileiro as concessões e o funcionamento do mesmo.

Somente no ano do governo Vargas, o rádio passou a ser massificado entre a população. O cunho político imperava nas emissoras e criava o imaginário brasileiro e posteriormente, influenciaria fortemente na sociedade contemporânea.

Apesar das diversas transformações sociais, políticas e tecnológicas, muitos acreditavam que o rádio chegaria ao fim, no entanto, o mesmo se reinventou e manteve a sua popularidade.

Através da internet e das novas tecnologias de informação e de comunicação, deixou de ser somente analógico e passou a ser digital. Dessa forma, esteve presente na palma da mão de muitos brasileiros e brasileiras, por meio dos smartphones. Grande parte das emissoras gravavam os seus conteúdos e disseminavam no ambiente online, mais tarde elas passaram a produzir conteúdo exclusivos.

Os anos 2000 foi marcado por uma “onda de digitalização de conteúdos e linguagens midiáticas, que incluía também outros produtos online, como os blogs e as wikis, páginas de criação colaborativa” (Magnoni et al. Almeida e Leite, 2020, p. 152). Nesse mesmo ano, os audiocasts foi amplamente

popularizado entre os novos usuários da web. Por ser um arquivo de áudio radiofônico, sua veiculação foi facilmente aceita.

Nos anos seguintes vieram outras formas de se consumir conteúdos fonográficos e conseqüentemente, o modo de produção e distribuição. O mundo globalizado impactou diretamente na forma rápida e dinâmica de se ter acesso à informação, os aparatos tecnológicos, como celular, tablet, computador, além da televisão e do rádio foram peças chaves para que isso fosse possível.

Esses recursos deram a todos, oportunidade de produzir, ou seja, de serem autores das próprias narrativas.

Em 2004 foi registrado no Brasil o primeiro podcast nacional. De lá pra cá, a cibercultura em sua potencialidade, vem tomando cada vez mais espaço, popularidade e ganhando novos adeptos.

No início poderia ser reproduzido por meio de um produto Apple (ipod), no entanto, a crescente demanda de consumidores, fez surgir diferentes veículos para a sua circulação.

Por vezes, o produto foi definido como sendo uma rádio presente na internet. O consumo de mídia tem passado por diversas transformações em todo o mundo, e o podcast promete ser um avanço na distribuição de arquivos em áudio.

Segundo dados da PodPesquisa ABPod/CBN 2018 analisados pelo site ZyDigital. Em 2013 eram cerca de 255 programas ativos e em 2018 passou para 1.278 com mais de 22 mil participantes. Ainda de acordo com a pesquisa, nos anos seguintes, houve a entrada de novos estúdios e produções próprias.

Por meio de sua massificação e ampla distribuição, todos tem a oportunidade de produzirem seus conteúdos a gosto do freguês. Além das plataformas serem um grande aliado na divulgação de novos artistas do ramo musical, a mesma abre espaço para diferentes nichos com diferentes temáticas, sendo elas; jornalística, investigativa, contação de histórias, culinária e etc.

## 5 - DESCRIÇÃO DO PRODUTO

### 5.1 Delineamento do Produto

Segundo dicionário online, NEGRITUDE é o sentimento de orgulho da identidade negra e conscientização do valor e da riqueza cultural dos negros. Apesar das várias ideias de nome, esse me pareceu definir perfeitamente esse produto.

Este Podcast é uma plataforma dedicada a tratar diversos assuntos, partindo da perspectiva racial. Sua estreia tem como tema principal a discriminação algorítmica. Logo de cara a pergunta, *até que ponto o racismo estrutural interfere na programação algorítmica no jornalismo?*

Por meio de entrevistas semiestruturadas e embasamento teórico, evidenciamos os novos meios de perpetuação das violências acometidas aos indivíduos pretos, desde o Brasil colônia, sendo elas sistêmicas, estruturais e por vezes, tecnológicas.

No projeto experimental mostra a importância de se enfrentar e combater a violência por meio de jornais ativistas, bem como projetos de mobilização social, a da união, educação e principalmente, e a capacitação somadas aos conhecimentos específicos.

Através dessas é possível barrar essas novas formas de retroalimentação de preconceitos. Além do mais, enfrentar a defasagem de pessoas pretas ocupando lugares de tomada de decisões.

Sendo o meu corpo político, tudo que está em volta por vezes, vira um campo minado. Este é um podcast aberto para fortalecer a comunidade preta para que possamos avançar em todas as esferas sociais.

O compromisso é com os irmãos e irmãs que passam a vida como se estivessem sobrevivendo a uma guerra declarada. É um espaço para desabafo, consolo, discursões, questionamentos e principalmente, de troca de saberes. Reforçando a união e a ancestralidade do povo.

Acreditamos que só a união de forças, a apropriação de espaços e o cuidado social é possível combater e enfrentar o sistema que nos mata e nos fere todos os dias.

## 5.2 Podcast disponível no Spotify<sup>3</sup>

O espaço cibernético permite a conexão de diferentes pessoas nos mais diversos lugares do planeta, bastando ter conexão de rede.

O ambiente virtual permite fácil acesso, circulação e propagação dos conteúdos pautados, por meio de buscadores e compartilhamento de links e qr-codes.

O crescimento exponencial do número de produtores(as) e consumidores, a criação de nichos, com diversas temáticas, gêneros e formatos. Estudos feitos pela PodPesquisa analisou a prevalência do formato “bate-papo”, que corresponde a 53% dos 1.079 ouvidos pelo grupo.

A sua facilidade de criação e distribuição, fazem com que cada vez mais públicos se interessam em produzir e/ou consumir. Apesar de ter sido inicialmente implementada pela Apple, atualmente, várias empresas têm investido no ramo, Google Podcast e Spotify são exemplos claros de concorrência acirrada

Por vezes foi confundido como sendo rádio digital ou rádio de transmissão virtual, o ponto em comum é o serviço fonográfico. Apesar de atualmente ser possível a vinculação de imagens e vídeos, sua característica principal era a de arquivo de áudio exclusivamente.

## 5.3 Produto

Através do estudo feito pelo Núcleo de Inovação em Mídia Digital em 2019, concluiu-se que a categoria com assuntos comportamentais está no ranking dos 3 mais consumidos pelo público. Analisaram também o formato *bate-papo* que corresponde a mais da metade dos produtos estudados.

Quatro dos cinco títulos mais reproduzidos no país, segue, a tendência de roda de conversa ou conversa de bar. E foi justamente por meio dessa pesquisa

---

<sup>3</sup> Acesso ou podcast no Spotify <https://spotifyanchor-web.app.link/e/mFukXq5lXAb>

que delimitamos o formato do Negritudes. Foram três entrevistas no total, porém, apenas duas entraram para o produto final.

A primeira entrevista, teve como convidada a jornalista de dados, Kathellem Barbosa e teve a duração de 1:20:26, falamos sobre banco de dados, construção de matérias jornalísticas, produção e distribuição de conteúdo produzidos por pessoas negras e suas especificidades.

Na segunda entrevista, tivemos como convidado o Ramires que atua como educador popular em Inclusão Digital e Tecnológica na Baixada Fluminense. Delimitamos a nossa conversa no aspecto tecnológico e social. O que é a Inteligência Artificial e seus impactos, a importância do letramento digital e iniciativas. Teve duração de 1:13:20.

Na terceira e última entrevista, falamos com Nicole, mais conhecida como *Piveta*. Ela é desenvolvedora fullstack e atualmente estuda machine learning. Tínhamos como objetivo, concluir as questões levantadas a entrevista durou 40 minutos.

O intuito era usar todos os áudios gerados, no entanto, nós restringimos em apenas 25 minutos dados pela banca, o que foi muito doloroso. Optamos por seguir o formato *pirâmide* muito utilizado na criação de matérias jornalísticas. Entregar o problema proposto, suas ramificações e conseqüentemente, explicar o porquê isso acontece e quais caminhos devemos tomar para combater a discriminação algorítmica.

Na escolha da arte para o produto, optamos por formatos e cores vibrantes, muito utilizados na cultura africana. Amarelo: simboliza a prosperidade e a abundância, representa a intuição. Vermelho: usado no Egito como sendo o amuleto da sorte. Verde: representa prosperidade e esperança e Preto: denota maturidade.



Negritudes - apresentação de identidade visual

# Manifesto

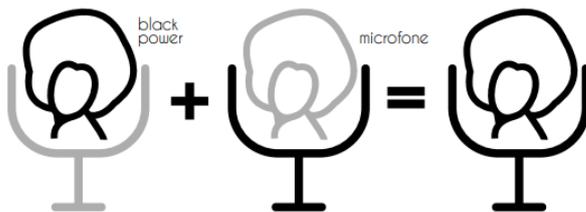
A Negritudes é a personificação de uma ideia, um podcast com o intuito de reproduzir conversas suaves e traquilas de assuntos que em muito importam a comunidade negra brasileira.

A identidade visual se baseia na comunicação, envolvimento, como se fosse uma prosa boa e honesta entre os participantes da mesma.

Negritudes - apresentação de identidade visual

1

# Iconografia



Negritudes - apresentação de identidade visual

2

# Tipografia

Negri  
tudes

Ringift Regular

Negritudes - apresentação de identidade visual

3

# Cores



Negritudes - apresentação de identidade visual

4

## Assintura Integral



Negritudes - apresentação de identidade visual

5



## 5.4 Participações especiais e entrevistas

Usamos o método da pirâmide invertida, termo batizado por Edwin L. Ahuman (2005). De modo que logo no primeiro contato, falamos sobre a problematização do reconhecimento facial, jornalismo de dados, impactos dos vieses tecnológicos na comunicação e redes sociais. Para posteriormente, sem apelo, explicarmos de maneira lúcida e didática o que são esses fenômenos do ciberespaço, como ocorrem.

Mostrar o problema + o porquê acontece + possíveis soluções

Essa técnica geralmente é utilizada para textos jornalísticos e consiste em:

1° Ante título | Título | Subtítulo

2° Lide, respondendo às perguntas: Quem | O Quê | Onde | Quando

3° Corpo, respondendo às perguntas: Como | Porque

Jornalismo e a retroalimentação do estigma racial

Apesar do produto ter pouco mais de 25 minutos, tivemos 3 longas entrevistas com aproximadamente uma hora cada.

O primeiro episódio do Negritudes contou com a participação de 3 profissionais de diferentes áreas, no entanto, todas voltadas para tecnologia e comunicação.

A primeira Ktheleem: Jornalista, Analista de Dados, Social Media, CEO do Brechó Molezinha e Influenciadora digital.

O segundo Ramires: educador popular em inclusão Digital e Tecnológica

A terceira Nicole: autodidata, desenvolvedora fullstack e atualmente estuda machine learning. Começou com montagem de computadores, mas, já trabalhou como designer de sobancelhas, fotografia.

## **5.5 Pauta**

### **Convidados**

**Primeira gravação:** Kathleem Barbosa

**Segunda gravação:** Ramires

**Terceira gravação:** Raissa e Nicole, mais conhecida como Piveta

**I. Tema: Impactos do Racismo nas mídias digitais e na construção da notícia**

## II. Justificativa para a pauta

**Ktheleem** é Jornalista, Analista de Dados, Social Media, CEO do Brechó Molezinha e Influenciadora digital.

**Ramires** é educador popular em inclusão Digital e Tecnológica

**Nicole** é autodidata, desenvolvedora fullstack e atualmente estuda machine learning. Começou com montagem de computadores, mas, já trabalhou como designer de sobancelhas, fotografia

## III. Enfoque/viés

- Impacto do racismo para quem trabalha no universo digital
- Exemplificar casos comprovados nos sites de busca (Pinterest e Google)
- Se sente que os conteúdos não chegam de forma igualitária as de blogueiras brancas (do mesmo seguimento)
- Construção de notícia com base no racismo estrutural (porque a grande mídia não noticia fatos sobre internet/tecnologia e racismo- construção do imaginário como sendo o negro (negativo)
- No caso de notícias com imagens tendenciosas ex: Caso das pomadas, crimes etc.
- Como podemos combater?
- A importância da representatividade nesses espaços (no jornalismo de dados, na influência digitais). É importante que esses indivíduos ocupem esse espaço já na academia?

## V. Sugestões de contatos e fontes

Jornalista de dados, programado(a), engenheiro(a) de dados

## VI. Sugestão de Perguntas:

- Trazer para a “mesa” aspectos que se encontram e se ligam
- Trajetória
- Não fugir do tema central: Até que ponto o racismo algoritmo interfere na programação?

## 5.6 Roteiro 1, 2 e 3

Abertura:

fala pessoas, este é o podcast negritudes e eu sou sara rocha, estudante de jornalismo da PUC-GO.

este é o meu trabalho de conclusão de curso. se você é pretinho ou pretinha, tenho certeza de que irá amar este espaço! aqui nós vamos falar, sobre tecnologia, beleza, moda, cultura etc. sempre partindo de uma perspectiva racial. o intuito desse podcast é descolonizar nossas mentes.

sejam todos bem-vindos!

#o futuro é ancestral<sup>4</sup>

---

<sup>4</sup> Essa frase é do ativista do movimento socioambiental e das causas indígenas, Aikton Krenak. Ele acredita que a evolução, a extinção de preconceitos só é possível por meio de uma mudança de mentalidade e a valorização dos povos originários

Neste primeiro episódio temos como convidada a jornalista, analista de dados, social media, CEO do brechó Molezinha e influenciadora digital, kathleem.

Juntas vamos falar de forma prática e lúdica como funcionam os dados e algoritmos, por que ocorre a discriminação, quais os impactos na comunicação, criação de pautas jornalísticas e de que forma devemos combater essa problemática.

kathleem é analista de dados no primeiro instituto de dados abertos sobre violência armada na américa latina e tenho certeza de que irá contribuir muito para o nosso podcast.

LOC 1: Muito obrigada por ter aceitado o convite e seja bem-vinda!

iremos falar sobre várias temáticas aqui, mas gostaria muito que você se apresentasse e começasse contando um pouquinho da sua trajetória.

LOC1: O tema do seu TCC foi sobre a midiatização da violência no jornalismo digital e você aborda muito o combate à violência armada, segurança pública e necropolítica, certo?

no ano passado, um homem preto de 28 anos foi preso injustamente no estado da Geórgia, por meio do reconhecimento facial.

e no brasil, um levantamento feito pelo CONDEGE aponta que 83% dos presos injustamente por reconhecimento fotográfico no brasil, são homens negros

Vamos falar sobre o impacto do racismo para quem trabalha no universo digital

LOC 1: Exemplificar casos comprovados nos sites de busca (Pinterest e Google)

LOC 1: Se sente que os conteúdos não chegam de forma igualitária as de blogueiras brancas (do mesmo seguimento)

LOC 1: Construção de notícia com base no racismo estrutural (porque a grande mídia não noticia fatos sobre internet/tecnologia e racismo- construção do imaginário como sendo o negro (negativo)

LOC 1: No caso de notícias com imagens tendenciosas ex: caso das pomadas, crimes etc.

LOC 1: Como podemos combater?

LOC 1: A importância da representatividade nesses espaços (no jornalismo de dados, na influência digitais). é importante que esses indivíduos ocupem esse espaço já na academia?

Abertura:

fala pessoas, este é o podcast negritudes e eu sou sara rocha, estudante de jornalismo da PUC-GO.

este é o meu trabalho de conclusão de curso. se você é pretinho ou pretinha, tenho certeza de que irá amar este espaço! aqui nós vamos falar, sobre tecnologia, beleza, moda, cultura etc. sempre partindo de uma perspectiva racial. o intuito desse podcast é descolonizar nossas mentes.

sejam todos bem-vindos!

#o futuro é ancestral

Cá estamos ara a segunda parte do primeiro episódio, desta vez, temos como convidado Ramires, seja bem-vindo e muito obrigada por ter aceitado o convite! vamos dar continuidade ao tema algoritmo, no entanto, de forma mais técnica. o que é, como funcionam, seus impactos sociais e principalmente, na comunicação.

LOC 1: Ramires atua como educador popular em inclusão digital e tecnológica. envolvendo alfabetização e letramento digital, letramento computacional, segurança da informação, cuidados digitais, programação e educação midiática. além de ser pesquisador em educação tecnológica popular, exclusão digital e tecnológica da juventude negra e periférica e incidência da exclusão também na baixada fluminense.

muita coisa, hein!

LOC 1: Gostaria muito de começar com uma breve apresentação.

nos conte um pouquinho da sua trajetória até chegar na área de tecnologia.

LOC 1: Durante o mandato da presidenta Dilma, o Facebook queria implementar internet gratuita nos países do continente africano, asiático e no brasil. ideal de branco salvador

Dados como petróleo

LOC 1: Explique aos nossos ouvintes o que é big tec, dados

LOC 1: Tecnologias como retro alimentadoras de preconceitos já existentes. ideal de tecnologias neutras

LOC 1: Preocupação dos impactos sociais. importância de projetos sociais w diversidade nos espaços de produção de tecnologia.

tradução tecnológica para a população. letramento digital

LOC 1: Impacto da ia na produção de matérias jornalísticas. trabalhar temas relevantes e que tenham impactos sociais

LOC 1: Os sites de busca ao digitar “mulheres negras”, “cabelo bonito” etc...

LOC 1: Exemplo de casos de discriminação algorítmicas

LOC 1: Estamos caminhando para o fim, deixe suas redes sociais e as plataformas dos projetos do qual você trabalha.

Abertura:

fala pessoas, este é o podcast negritudes e eu sou sara rocha, estudante de jornalismo da PUC-GO.

este é o meu trabalho de conclusão de curso. se você é pretinho ou pretinha, tenho certeza de que irá amar este espaço! aqui nós vamos falar, sobre tecnologia, beleza, moda, cultura etc. sempre partindo de uma perspectiva racial.

o intuito desse podcast é descolonizar nossas mentes.

sejam todos bem-vindos!

#o futuro é ancestral

Estamos caminhando para o fim do primeiro episódio do negritudes e a nossa terceira convidada é a Nicole. sinta-se à vontade e muito obrigada por topar participar deste projeto

Bem nós já conversamos um pouquinho e você já desempenhou ofícios muito diferentes. designer de sobancelha e na manutenção de computadores, acredito que tenha sido o seu verdadeiro encontro de órfico.

LOC 1: Nos conte um pouco sobre os projetos que tem feito e o que te encantou na tecnologia.

LOC 1: Definindo o algoritmo

LOC 1: Vamos falar um pouquinho sobre o racismo algorítmico. como acontece. como deter os oligopólios de tecnologias

LOC 1: Pretos como “enfeites” nos ambientes. precisamos de diversidade nas tomadas de decisões nas grandes empresas. Questionar as organizações

LOC 1: A construção do ideal brasileiro é de um país miscigenado, plural. Isso faz com que os discursões sobre raça sejam difíceis de se ter espaço e com a implementação das tecnologias esse ideário de “para todos”, também teve muita influência. Vamos falar um pouco sobre essa desmistificação?

LOC 1: Antes de finalizar, gostaria que você compartilhasse com a gente as suas redes sociais e contato. Agradeço imensamente a sua contribuição, Nicole.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Desde a Big Data e a LGPD no Brasil em meados de 2018, muito se fala sobre dados, sendo eles (sensíveis ou não), os mesmos são fatores importantes de serem pensados quando falamos sobre governança política social e geração de políticas públicas.

O jornalismo entra traduzindo esses debates, pressionando aos órgãos públicos e no questionamento de tomadas de decisões como um repasse de informações à população, ou seja, delimitando seus impactos futuros.

Quando nós falamos sobre reconhecimento facial e dados estatais, os indivíduos pretos estão na linha de frente. Muitas vezes como uma “ponta de lança” para a retroalimentação do estigma racial.

Ao abriremos espaços para as discussões e convidamos intelectuais negros para falarem abertamente sobre essa problemática, conseqüentemente, unimos forças, desmistificando estigmas e contribuimos para uma educação que vai além dos moldes pré-estabelecidos. Conhecimentos que acompanham as transformações sociais e digitais.

A comunicação passou por diversas transformações ao longo dos anos quer seja em formatos, quer seja em plataformas de vinculação. Apesar das mudanças, ela segue uma estrutura ideológica especificamente de raças. Essas estruturas têm uma cronologia de implementação propagação e disseminação além disso a manutenção.

São pouquíssimos os veículos de comunicação que trazem uma perspectiva racionalizada e que trabalham não só para barrarem como também no combate de tecnologias digitais embasadas e protegidas.

Ao concluir que a inteligência artificial é uma programação, ou seja, manipulação de dados feita em sua essência pelo homem branco trabalhando para estes oligopólios de comunicação e de tecnologia, nós saímos da primícia de que as máquinas são independentes e neutros.

O presente trabalho é resultado de uma inquietação.

Desde o início da graduação meu incomodo sempre foi a construção de conteúdos jornalísticos, me questionando enquanto profissional; “que tipo de construção estou levando em conta e quais os recursos visuais estou fazendo uso?”

Estou reverberando a mesma comunicação tendenciosa e de seguimentos negativos contra os meus? Como posso ser objeto de transformação? Como posso enfrentar os oligopólios que fazem uso da tecnologia como promoção, propagação e extermínio dos corpos negros?

Vai desde a prisão inocente até a composição do imaginário inconsciente de toda uma população.

A paixão pelo áudio visual e o contato direto com pesquisadores(as) que tanto admiro, e escritores(as), me abriu para horizontes que se quer haviam sido explorados em mim. Alimentou a esperança de que o futuro é não só tecnológico, como também ancestral.

E que por meio da união, da capacitação e de estudos é possível criar espaços não somente ocupá-los como “enfeite” da realidade. O sentimento é de gratidão, realização e desejo de conhecimento constante ao qual pretendo dar continuidade após a graduação.

Com o Negritudes, pude conhecer vários projetos e realidades diferentes da minha. Foi palco e ouvido para narrativas que muitas vezes são silenciadas pela grande mídia. Confesso que foi difícil cortar trechos das entrevistas e tirar uma das entrevistadas no trabalho final.

Apesar dos surtos e ranger de dentes o coração fica quentinho olhando a trajetória percorrida.

## REFERÊNCIAS

**A ERA dos podcasts: o sucesso dos programas de áudio on-line.** Veja São Paulo, [S. l.], p. 1-1, 14 jun. 2019. Disponível em:

<https://vejasp.abril.com.br/cidades/capa-podcasts-paulistanos>. Acesso em: 2 maio 2023.

ALVES, Luiz Roberto. **A VIRTUALIZAÇÃO HUMANA.** Prometeus: Filosofia em Revista, v. 10, n. 22, 2017.

BARBOSA, Isabela Cabral. **Jornalismo narrativo em podcast: uma análise da linguagem, da mídia e do cenário.** Monografia do Bacharelado em Comunicação Social, habilitação em Jornalismo, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil, 2015.

BERSANI, H. **Aportes teóricos e reflexões sobre o racismo estrutural no Brasil.** Revista Extraprensa, [S. l.], v. 11, n. 2, p. 175-196, 2018. DOI: 10.11606/extraprensa2018.148025. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/extraprensa/article/view/148025>. Acesso em: 4 jun. 2023.

BÍBLIA. Português. **Bíblia sagrada.** Tradução de Padre Antônio Pereira de Figueredo. Rio de Janeiro: Encyclopaedia Britannica, 1980. Edição Ecumênica.

BODEN, Margaret A. **Inteligência artificial.** Turner, 2017.

CASTRO, Gisela GS. **Podcasting e consumo cultural.** In: E-Compós. 2005.

COELHO, Teixeira. **O que é indústria cultural.** São Paulo: Brasiliense, 1980.

COSTA E SILVA, Alberto da. **O Brasil, a África e o Atlântico no século XIX.** Estudos Avançados, v. 8, p. 21-42, 1994.

DE ALMEIDA, Silvio Luiz. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.

DE OLIVEIRA, Thalles Alves; DE LIMA DANTAS, Letícia Aderaldo. **A ORGANIZAÇÃO SOCIAL E O SURGIMENTO DO ESTADO NA IDADE MÉDIA.** Encontros de Iniciação Científica UNI7, v. 8, n. 1, 2018.

DE OLIVEIRA, Joedson Kelvin Felix; DE OLIVEIRA, Romênia Gomes; DE ALBUQUERQUE ARRAIS, Joubert. **Racismo estrutural midiático no Brasil: O Corpo negro e as imagens online que condenam, matam e discriminam.** XV ENECULT. Bahia: Salvador, 2019.

DEL CONT, Valdeir. **Francis Galton: eugenia e hereditariedade.** Scientiae Studia, v. 6, p. 201-218, 2008.

FAUSTO, Boris; FAUSTO, Sergio. **História do Brasil**. São Paulo: Edusp, 1994.

FERNANDES, Florestan. **O negro no mundo dos brancos**. Global Editora e Distribuidora Ltda, 2015.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Míni Aurélio: O dicionário da língua portuguesa**.

FREIRE, Eugênio Pacelli Aguiar. **Distinções educativas entre rádio e podcast**. Prisma. com, n. 18, p. 66-88, 2012.

GHIDINI, Rafael; MORMUL, Najla Mehanna. **Revolução agrícola neolítica e o surgimento do Estado classista: breve reconstituição histórica**. Revista de Ciências do Estado, v. 5, n. 1, p. 1-20, 2020.

GOMES, Laurentino. **1808**. São Paulo: Planeta, 2007.

GUARINELLO, Norberto Luiz. **Escravos sem senhores: escravidão, trabalho e poder no Mundo Romano**. Revista Brasileira de História, v. 26, p. 227-246, 2006.

GUENA, M.; SANTOS, C. **Expulsão do racismo estrutural da comunicação: da utopia à realidade**. Revista Extraprensa, [S. l.], v. 15, n. Especial, p. 119-135, 2022. DOI: 10.11606/extraprensa2022.194387. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/extraprensa/article/view/194387>.

HASENBALG, Carlos. **Estrutura de classes, estratificação social e raça**. \_\_\_\_\_. Discriminação e desigualdades raciais no Brasil. 1ª edição, 1979.

JUNIOR, Jurandir Sá Barreto. **DISCRIMINAÇÃO LEGAL ÀS RELIGIÕES DE MATRIZES AFRICANAS (1889–1988)**. Revista Em Favor de Igualdade Racial, v. 4, n. 3, p. 115-128, 2021.

LUIZ, Lucio; ASSIS, Pablo de. **O Podcast no Brasil e no Mundo: um caminho para a distribuição de mídias digitais**. In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. 2010. p. 1-15.

MARSON, Izabel Andrade. **"Antigo Regime, feudalismo, latifúndio, servidão, escravidão": diálogos entre antigos e modernos na argumentação sobre "inconclusão" da nação liberal no Brasil (séculos XIX e XX)**. Revista de História, p. 165-186, 2010.

MBEMBE, Achille. **A crítica da Razão Negra**. Tradução de Marta Lança. Lisboa: Antígona, 3. ed, 2014.

MOURA, Clóvis. **Dialética radical do Brasil negro**. 2ª ed. São Paulo: Fundação Maurício Grabois coedição com Anita Garibaldi, 2014.

PALUDO, Monique Hellen; ROSEIRA, Elisa Ferreira. **O podcast jornalístico**, 2011. 2019.

PINTO, Virgilio Noya. **Comunicação e cultura brasileira**. São Paulo: Ática, 1999.

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno Manual Antirracista**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

ROMÃO, T. L. C. **SINCRETISMO RELIGIOSO COMO ESTRATÉGIA DE SOBREVIVÊNCIA TRANSNACIONAL E TRANSLACIONAL: DIVINDADES AFRICANAS E SANTOS CATÓLICOS EM TRADUÇÃO**. *Trabalhos em Linguística Aplicada*, v. 57, n. 1, p. 353–381, jan. 2018.

SACCOL, Tércio. **Do radiojornalismo ao podcast—análise de uma experiência de ensino no curso de jornalismo da PUCRS**, 2017.

SILVA, Tarcízio; BIRHANE, Abeba (Ed.). **Comunidades, algoritmos e ativismos digitais: Olhares afrodiaspóricos**. LiteraRUA, 2020.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro: ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social**. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2021.

SOUZA, Vanessa Gonçalves Ribeiro. **A evolução da administração pública brasileira: reforma gerencial, a nova gestão pública**. 2019.

*Voyages: the trans-Atlantic slave trade database*. Emory University, 2008.

## ANEXOS



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE  
GOIÁS  
PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO  
INSTITUCIONAL  
Av. Universitária, 1069 1 Setor Universitário  
Caixa Postal 86 1 CEP 74600-10  
Goiânia 1 Goiás 1 Brasil  
Fone: (62) 3946.3081 ou 3089 1 Fax: (62) 46.3080  
www.pucgoias.edu.br 1 prodin@pucgoias.edu.br

### RESOLUÇÃO n°038/2020 – CEPE

#### Termo de autorização de publicação de produção acadêmica

O(A) estudante Sara Rocha Muniz do Curso de jornalismo, matrícula 20181012701035 telefone: (62) 998509436 e-mail sararocha09@hotmail.com, na qualidade de titular dos direitos autorais, em consonância com a Lei n° 9.610/98 (Lei dos Direitos do autor), autoriza a Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás) a disponibilizar o Trabalho de Conclusão de Curso intitulado “Até que ponto o racismo estrutural interfere na programação algorítmica na informação midiática?”, gratuitamente, sem ressarcimento dos direitos autorais, por 5 (cinco) anos, conforme permissões do documento, em meio eletrônico, na rede mundial de computadores, no formato especificado (Texto (PDF); Imagem (GIF ou JPEG); Som (WAVE, MPEG, AIFF, SND); Vídeo (MPEG, MWV, AVI, QT); outros, específicos da área; para fins de leitura e/ou impressão pela internet, a título de divulgação da produção científica gerada nos cursos de graduação da PUC Goiás.

Goiânia, 15 de junho de 2023.

Assinatura do(s) autor(es):

Nome completo do autor: Sara Rocha Muniz

Assinatura do professor-orientador:

Nome completo do professor-orientador: Bernadete Coelho de Sousa



14986645



08198.018129/2021-59



Ministério da Justiça e Segurança Pública  
Secretaria de Operações Integradas

OFÍCIO Nº 43/2021/SIC-SEOPI/SEOPI/MJ

Brasília, 16 de junho de 2021.

À Senhora

**RAQUEL CONCEIÇÃO AVELAR SINFRÔNIO**

Responsável pelo Serviço de Informação ao Cidadão

**Assunto: Acesso à Informação: Pedido de Acesso à Informação (SIC).**

Prezada Senhora,

Aos cumprimentos de estilo, em atendimento ao Despacho nº 630/2021/SIC-Central/DTAD/CTAI/OUVG/MJ (14873611), o qual encaminha o SIC - Pedido de Acesso à Informação (14869011), solicitando "*saber se há no estado de goiás projetos de segurança pública que utilizam dados como reconhecimento facial*".

Cumpre-nos informar que, em que pese o representante do Estado de Goiás, que atua nesta Seopi, tenha prestado informações a respeito do solicitado, esta Seopi avalia que o conteúdo deva ser protegido em razão da sensibilidade dos dados e do comprometimento da segurança dos sistemas implicando em risco ou dano aos interesses da sociedade e do Estado.

Tal hipótese encontra amparo no art. 16, IV e V c/c art. 2º, XVI, da Portaria nº 880, de 12 de dezembro de 2019, que "regulamenta os procedimentos relativos ao acesso e ao tratamento de informações e documentos no âmbito do Ministério da Justiça e Segurança Pública", *in verbis*:

Art. 2º Para efeitos desta Portaria, considera-se:

(...)

XVI - informação de acesso restrito: informação que não sendo passível de classificação em grau de sigilo, por seu teor, utilização ou finalidade, demande medidas especiais de proteção;

Art. 16. São de acesso restrito as informações cujo conhecimento por pessoa não autorizada implique risco ou dano aos interesses da sociedade e do Estado, tais como (...)

IV - dados relativos à arquitetura dos sistemas de tecnologia da informação e de comunicações;

V - aparelhos, equipamentos, suprimentos e programas relacionados às atividades de inteligência e repressão a delitos;

Sendo o que tínhamos para o momento, permanecemos à disposição para os esclarecimentos necessários.

Atenciosamente,

MAURO ANDRÉ KAISER CABRAL  
Chefe de Gabinete da Secretaria de Operações Integradas/MJSP  
Ponto Focal SIC-Seopi



Documento assinado eletronicamente por **MAURO ANDRÉ KAISER CABRAL**, Ponto Focal do SIC na SEOPI, em 22/06/2021, às 17:47, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **14986645** e o código CRC **61372C96**.  
O trâmite deste documento pode ser acompanhado pelo site <http://www.justica.gov.br/acesso-a-sistemas/protocolo> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 08198.018129/2021-59

SEI nº 14986645

SPO, Quadra 3, Lote 5 - Complexo Seda da PRF, Setor H - Bairro Setor Policial Sul, Brasília/DF, CEP 70610-909  
Telefone: (61) 2025-2076 - <https://www.justica.gov.br>  
Para responder, acesse <http://sei.protocolo.mj.gov.br>

